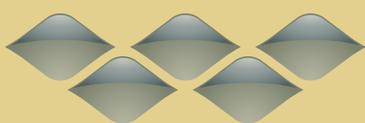


João André Ventura

Determinantes do Cumprimento dos Requisitos de Divulgação dos Ativos Biológicos



Dissertação de Mestrado em Contabilidade e FinançasTM
Junho 2015

PDF Editor



Universidade de Coimbra

Faculdade de Economia



Determinantes do Cumprimento dos Requisitos
de Divulgação dos Ativos Biológicos

João André Ventura

Orientada por

Professora Doutora Liliana Marques Pimentel

Dissertação de Mestrado em Contabilidade e Finanças



wondershare™

Coimbra
Junho 2015

PDF Editor

Agradecimentos

A concretização da presente dissertação só foi possível com o contributo de muitas pessoas, que direta ou indiretamente, contribuíram para este resultado final. Deixo um agradecimento muito especial à minha orientadora Prof^a Doutora Liliana Pimentel, pelo apoio, incentivo, sugestões e disponibilidade demonstrada ao longo deste trabalho.

Agradeço à minha namorada Rita Anacleto, à minha família, amigos, e entidade patronal pelo apoio e compreensão incondicional, sem eles também não seria possível.



PDF Editor

Resumo

O presente estudo visa avaliar o grau de cumprimento dos requisitos de divulgação dos ativos biológicos, descritos na Norma Contabilística e de Relato Financeiro 17 – Agricultura, assim como, identificar os determinantes que mais influenciam esse cumprimento. Foram recolhidas as demonstrações financeiras e respetivos anexos de empresas de diversos setores, detentoras de ativos biológicos, com relatórios disponíveis na internet e sujeitas à NCRF 17 do Sistema de Normalização Contabilística, referentes aos anos de 2011, 2012 e 2013.

A metodologia utilizada para alcançar os objetivos propostos foi a análise de conteúdo das demonstrações financeiras e respetivos anexos em relação a uma amostra de nove empresas portuguesas, com valores cotados e não cotados. A junção de dados dos três anos permitiu de forma mais consistente a construção de um índice de divulgação dos ativos biológicos e a respetiva identificação das variáveis independentes com maior consistência. Foram testadas seis hipóteses de associação entre o índice e seis variáveis explicativas, através do uso das análises da estatística descritiva, normalidade, correlação e regressão linear em painel.

Os resultados dos testes mostram que a média do índice de divulgação dos Ativos Biológicos é de 44% e não foi possível concluir que com o tempo haja um maior nível de divulgação. O peso dos ativos biológicos e o tipo de auditor são as variáveis que mais influenciam positivamente a divulgação dos ativos biológicos, no entanto, também o endividamento e o setor de atividade, embora com menor poder explicativo, assumem uma significância estatística positiva. A dimensão, ao contrário do que seria expectável, apresenta uma relação negativa estatisticamente significativa.

Palavras chave: NCRF 17 – Agricultura; Ativos biológicos; Divulgação obrigatória; Cumprimento dos requisitos de divulgação; determinantes da divulgação;



PDF Editor

Abstract

This study aims at assessing the level of fulfilment of the requirements of disclosure of the biological assets described in the Accounting and Audit Rule 17 – Agriculture, as well as at identifying the determining factors that influence that fulfillment the most. We have collected the financial statements and annexes of companies holding biological assets, with reports available in the Internet and subject to the general scheme of the Accounts Standardisation System concerning 2011, 2012 and 2013.

The methodology used to reach the purposes established was the analysis of the contents of the financial statement and annexes of a sample of nine Portuguese companies with listed and unlisted securities. The combination of data from the three years allowed, in a more consistent way, the construction of a disclosure index of the biological assets and relevant identification of the most significant independent variables. Seven possibilities of association between the index and seven explanatory variables were tested through analysis, descriptive statistics, normality, correlation and panel linear regression.

The tests' results showed that the average of the index of disclosure of the Biological Assets is 44% and it was not possible to conclude that, with time, there will be a larger disclosure level. The weight of the biological assets and the type of auditor are the variables influencing positively the most the disclosure of the biological assets, however, also the indebtedness and the branch of economic activity, although with less explanatory power, assume a positive statistical significance. Dimension, contrarily to expectations, presents a significant statistically negative relation.

Key words: NCRF 17 – Agriculture; biological assets; obligatory disclosure; fulfilment of the requirements of disclosure; determining factors of disclosure.

Lista de Abreviaturas

AB - Ativos Biológicos

CMVM – Comissão do Mercado de Valores Mobiliários

DC - Diretriz Contabilística

DF's - Demonstrações Financeiras

GRETl - Gnu Regression, Econometrics and Time-series Library

IAS - International Accounting Standard

IASB - International Accounting Standards Board

IASC – International Accounting Standard Committee

IFRS - International Financial Reporting Standards

JV - Justo Valor

NCRF - Norma Contabilística e de Relato Financeiro

NCRF17 - Norma Contabilística de Relato Financeiro – Agricultura

NIC – Normas Internacionais de Contabilidade

OLS - Ordinary Least Squares

POC - Plano Oficial de Contabilidade

PSI20 - Portuguese Stock Index

SIMA - Sistema de Informação aos Mercados Agrícolas

SNC - Sistema de Normalização Contabilística



PDF Editor

Lista de Tabelas

Tabela 1 – Hipóteses em estudo.....	40
Tabela 2 – Amostra por setor de atividade.....	41
Tabela 3 – Variáveis explicativas, sinal expectável e respetivas <i>proxies</i>	44
Tabela 4 – Análise descritiva dos dados.....	48
Tabela 5 – Distribuição do grau de cumprimento.....	50
Tabela 6 – Análise de normalidade.....	51
Tabela 7 – Análise de correlação.....	53
Tabela 8 – Resultados do Modelo de Regressão.....	55
Tabela 9 - Resultados do Modelo de Regressão (Sem a variável rendibilidade)	57
Tabela 10 – Resultados das hipóteses.....	59



PDF Editor

Índice Geral

Lista de Abreviaturas.....	III
Lista de Tabelas.....	IV
Índice Geral.....	V
1 Introdução.....	1
1.1 Enquadramento geral	1
1.2 Objetivos e motivações	2
2 Enquadramento Normativo.....	4
2.1 Norma contabilística e de relato financeiro 17 - Agricultura	4
2.1.1 Ativos biológicos consumíveis e não consumíveis	4
2.1.2 Justo valor	5
2.1.3 Mercado ativo	6
2.1.4 Reconhecimento inicial.....	7
2.1.5 Mensuração inicial.....	7
2.1.6 Mensuração subsequente nos ativos biológicos não consumíveis.....	9
2.1.7 Subsídios governamentais	10
2.1.8 Ganhos e perdas	10
2.1.9 Divulgações	11
2.2 O justo valor e o custo histórico	13
3 Revisão da Literatura.....	19
3.1 Teorias da divulgação	19
3.1.1 Teoria positiva da contabilidade	20
3.1.2 Teoria da sinalização.....	22
3.1.3 Teoria do enquadramento custo-benefício	23
3.1.4 Teoria da Perspetiva baseada nos recursos.....	24
3.1.5 Teoria da legitimidade	24
3.1.6 Teoria dos <i>stakeholders</i>	25
3.1.7 Teoria da perspetiva político-económica da contabilidade	26



WondershareTM

PDF Editor

3.2 Adoção das IAS/IFRS e o grau de cumprimento dos requisitos de divulgação	27
3.3 Sistema de normalização contabilística – Adoção das NCRF e o seu grau de cumprimento	30
3.4 Divulgação de informação financeira e respetivos determinantes	32
4 Desenvolvimento do Estudo.....	35
4.1 Formulação das hipóteses de estudo	35
4.1.1 Dimensão da empresa (D).....	35
4.1.2 Tipo de auditor (TA).....	36
4.1.3 Endividamento (E)	37
4.1.4 Rendibilidade (R)	38
4.1.5 Setor de atividade (SA)	38
4.1.6 Peso dos ativos biológicos (PAB)	39
4.2 Definição da amostra	40
4.3 Metodologia da pesquisa	41
4.3.1 Definição do índice de divulgação dos ativos biológicos (IDAB).....	42
4.3.2 Definição dos fatores explicativos da divulgação	44
4.3.3 Modelo de regressão	45
4.4 Métodos de estimação.....	45
5 Análise de Resultados.....	48
5.1 Análise descritiva das variáveis	48
5.2 Análise estatística da normalidade	51
5.3 Análise da correlação	52
5.4 Análise de Regressão.....	54
6 Conclusão.....	60
7 Referências Bibliográficas.....	62
8 Anexos.....	68
8.1 Lista dos Requisitos de Divulgação dos Ativos Biológicos.....	68
8.2 Lista de Empresas da Amostra.....	69



WondershareTM

PDF Editor

1 Introdução

1.1 Enquadramento geral

Atualmente, a realidade económica é caracterizada pela complexidade das operações comerciais e pela constante alteração de normas e de legislação, associadas às necessidades das empresas portuguesas e do mundo. Com as alterações e desenvolvimentos que decorrem deste contexto, a informação financeira a prestar é cada vez mais complexa e exige-se à contabilidade a capacidade de se adaptar e responder às necessidades de um público vasto e com vários interesses.

A atividade agrícola não é exceção, acompanhando o ritmo de mudança e da globalização, assim como as normas que preconizam o seu tratamento. O ramo agrícola contém especificidades que representam um desafio constante para a contabilidade, uma vez que não se trata de um setor homogéneo com características padronizados, mas sim um setor que lida com seres vivos, ritmos biológicos específicos e com uma forte exposição a fatores instáveis de natureza económica e climática. Dada a complexidade, foram diversas as tentativas de encontrar um modelo contabilístico adequado para o sector, tanto a nível nacional como internacional, contudo, é ao nível do IASB que surge o primeiro normativo internacional relevante e abrangente, a IAS 41.

A IAS 41 foi editada em dezembro de 2000, após vários anos de discussão, sendo adotada pelo IASB em abril de 2001. Foi a primeira norma emitida pelo IASB direcionada, especificamente, para o setor primário. A IAS 41 tem como objetivo prescrever o tratamento contabilístico e as divulgações relacionadas com a atividade agrícola. A atividade agrícola é definida pela IAS 41 (IASB, 2011: §5) como a gestão de uma empresa através da transformação biológica de ativos biológicos para venda, em produtos agrícolas, ou em ativos biológicos adicionais. Segundo a norma, ativo biológico é definido como sendo um animal ou planta viva, já produto agrícola é definido como o produto colhido dos ativos biológicos da empresa.



WondershareTM

PDF Editor

Um dos grandes contributos da norma foi a introdução do justo valor na mensuração dos ativos biológicos, que como refere Argilés *et al.* (2009), implicou uma grande alteração nas práticas contabilísticas estabelecidas no setor e trouxe o debate ao domínio agrícola. A utilização do justo valor é defendida por muitos autores, contudo, o grande problema da subjetividade reside no método de cálculo do justo valor, quando o referido ativo biológico não possui uma cotação de mercado fidedigna.

Em Portugal, a IAS 41 serviu de base à Norma Contabilística de Relato Financeiro (NCRF) 17, que entrou em vigor em 2010 com o novo Sistema de Normalização Contabilística (SNC), substituindo o até então sistema vigente, o desatualizado Plano Oficial de Contas. Esta mudança simbolizou um grande avanço nas práticas contabilísticas, particularmente no tratamento aplicado ao setor agrícola.

A NCRF 17 veio responder às necessidades e dificuldades do sector agrícola, que segundo alguns autores, não possuía uma base legal para regulamentar adequadamente o sector, além de contribuir para uma importante harmonização da contabilidade.

1.2 Objetivos e motivações

O presente estudo tem como objetivo avaliar o nível de cumprimento das exigências de divulgação da NCRF 17 e identificar os fatores que mais influenciam esse cumprimento. Através da análise de demonstrações financeiras e respetivos anexos de várias empresas detentoras de ativos biológicos, que divulgam os relatórios via internet e sujeitas ao regime geral do Sistema de Normalização Contabilística (SNC), referentes a um período de tempo compreendido entre 2011 e 2013, iremos procurar alcançar esse objetivo.

Os objetivos deste trabalho representam um contributo para uma maior compreensão do relato financeiro das empresas, o que implica perceber até que ponto as empresas têm práticas de divulgação dos ativos biológicos coincidentes com as exigências da norma,



Wondershare

PDF Editor

assim como, analisar essa divulgação ao longo dos três anos e identificar os fatores que mais influenciam esse cumprimento.

As motivações originárias desta dissertação relacionam-se com a recente adoção do SNC em 2010, trazendo consigo grandes mudanças, particularmente para o tratamento dos ativos biológicos. Esta alteração ocorre no contexto de uma grande evolução contabilística, com o claro objetivo de tornar a informação financeira mais compreensível, fiável, materialmente relevante, transparente para os seus utilizadores, e ainda comparável, para que a sua divulgação seja útil para à tomada de decisões, quer da própria empresa, quer dos investidores nacionais ou internacionais.

Dada a recente implementação do Sistema de Normalização Contabilística, ainda pouco se sabe acerca do grau de cumprimento do normativo por parte das empresas. Rodrigues (2013:13) dá conta da falta de estudos sobre o grau de cumprimento das normas preconizadas pelo SNC, e chega mais longe, afirmando a este propósito que em Portugal nada se sabe sobre o grau de cumprimento do SNC por parte das empresas. Tendo por referência a nossa busca por estudos publicados, constata-se um número limitado de investigações empíricas sobre a aplicação das Normas preconizadas pelo SNC e, em particular, muito pouco se apresenta sobre o tema da divulgação dos ativos biológicos, o que representa um forte estímulo para abordagem deste tema.



PDF Editor

2 Enquadramento Normativo

2.1 Norma contabilística e de relato financeiro 17 - Agricultura

Em Portugal, o SNC inclui a NCRF 17 – Agricultura, que tem por base a IAS 41, adotada pelo texto original do Regulamento (CE) nº 1126/2008 da Comissão, de 3 de Novembro. Os objetivos desta NCRF 17 são idênticos aos referidos para a IAS 41, consistindo na prescrição do tratamento contabilístico, da apresentação de demonstrações financeiras e das divulgações relativas à atividade agrícola (NCRF 17 §1). Está disposto que esta norma deve ser aplicada na contabilização de ativos biológicos, de produto agrícolas no ponto de colheita e de subsídios governamentais, quando estes se relacionem com a atividade agrícola (NCRF 17 §2).

Para Medeiros (2009) esta norma é de aplicação exclusiva à atividade agrícola que é entendida como a gestão das alterações que ocorrem nos ativos biológicos, por via da sua transformação em produtos agrícolas ou em outros ativos biológicos, para posterior comercialização.

A NCRF 17 contempla o modo de reconhecimento e mensuração de ativos biológicos durante o período de crescimento, degeneração, produção e procriação; a mensuração inicial do produto agrícola no ponto de colheita (§ 11 a 34); a contabilização de subsídios governamentais relacionados com ativos biológicos (§ 35 a 39); e as divulgações que deverão constar das demonstrações financeiras (§ 44 a 47).

2.1.1 Ativos biológicos consumíveis e não consumíveis

A NCRF 17 propõe duas classificações para os ativos biológicos: (i) ativos biológicos consumíveis e ativos biológicos de produção; (ii) ativos biológicos maduros e ativos biológicos imaturos.



WonderShare™

PDF Editor

No que respeita à primeira classificação, a NCRF 17 no seu § 40, define os ativos biológicos consumíveis como sendo os que estejam para ser colhidos como produto agrícola ou vendidos como ativos biológicos. Exemplos de ativos biológicos consumíveis são: animais detidos para venda ou destinados à produção de carne, colheitas como o milho e trigo, e árvores que estejam em desenvolvimento para obtenção de madeiras. Os restantes, os ativos biológicos de produção, não são produtos agrícolas, mas sim de regeneração própria, como por exemplo, animais reprodutores, gado produtor de leite, vinhas, árvores de fruto e árvores a partir das quais se obtenha lenha por desbaste enquanto estas permaneçam vivas. Enquanto os primeiros (consumíveis) têm a características de se extinguir em cada colheita, os segundos (de produção) permitem várias e sucessivas colheitas, pelo que faria sentido que os primeiros fossem classificados como inventários e os segundos como ativos fixos tangíveis, solução que acabou por não ser acolhida na versão final do Sistema de Normalização Contabilística (SNC).

No que respeita à segunda classificação proposta na NCRF 17, no seu § 41, são considerados ativos biológicos maduros (ou adultos) os que estejam aptos a ser colhidos (relativamente aos ativos biológicos consumíveis) ou sejam capazes de sustentar colheitas regulares (relativamente aos ativos biológicos de produção). Enquanto estas condições não estiverem reunidas, estamos perante ativos biológicos imaturos (ou juvenis).

2.1.2 Justo valor

Segundo o § 9 da NCRF 17, justo valor traduz-se na quantia pela qual um ativo pode ser trocado ou um passivo liquidado, entre partes conhecedoras e dispostas a isso, numa transação em que não exista relacionamento entre elas.

O FASB descreve justo valor como a quantia pela qual um ativo/passivo pode ser comprado/contrado ou vendido/acordado numa transação corrente entre as partes interessadas, isto é, desde que não seja forçado a efetuá-lo, tendo presente a ideia de



WonderShare

PDF Editor

que o justo valor de um ativo é baseado na sua localização e condição presente (§ 10, NCRF 17).

A determinação do justo valor passa, em primeiro lugar pela existência de um mercado ativo para um ativo biológico ou produto agrícola, sendo o preço de cotação nesse mercado a base apropriada para determinar o justo valor. Nos casos em que não exista um mercado ativo, dever-se-á utilizar um ou mais dos seguintes indicadores:

- (i) Preço mais recente de transação no mercado, desde que não tenha havido uma alteração significativa nas circunstâncias económicas entre a data dessa transação e a do balanço;
- (ii) Preços de mercado de ativos semelhantes com ajustamento, para refletir diferenças;
- (iii) Referências do sector, tais como o valor do gado expresso em quilo de carne.

Porém, não havendo um mercado ativo, a determinação do justo valor implicará sempre juízos de valor, podendo deste modo incorporar um elevado grau de subjetividade (§31), logo, a norma refere um tratamento de exceção: mensuração pelo custo menos qualquer depreciação acumulada e qualquer perda por imparidade acumulada (§ 31).

2.1.3 Mercado ativo

Mercado Ativo é um mercado no qual se verifica a existência de três condições:

- (i) Homogeneidade dos itens negociados dentro do mesmo;
- (ii) Os mesmos itens possam ser encontrados em qualquer momento por compradores e vendedores dispostos a isso;
- (iii) Os preços estejam disponíveis ao público (§ 9).

Neste sentido, pode referir-se que se existir um mercado ativo para um ativo biológico ou produto agrícola no seu local e condição atuais, o preço cotado nesse mercado é a base



Wondershare™

PDF Editor

apropriada para determinar o justo valor desse ativo. Se uma entidade tiver acesso a diferentes mercados ativos, a entidade usará o mais relevante.

No caso de Portugal, as cotações oficiais de mercado estão disponíveis no SIMA – Sistema de Informação de Mercados Agrícolas.

2.1.4 Reconhecimento inicial

O reconhecimento consiste no processo de incorporar no balanço e na demonstração dos resultados um *item* que satisfaça a definição de um elemento e satisfaça os seguintes critérios de reconhecimento, estabelecidos no parágrafo 81 da Estrutura Conceptual do SNC:

- (i) Seja provável que qualquer benefício económico futuro associado com o item flua para ou da entidade;
- (ii) O item tenha um custo ou um valor que possa ser mensurado com fiabilidade.

Nesta lógica, o § 11 da NCRF 17 estabelece que uma entidade deve reconhecer um ativo biológico ou produto agrícola somente quando:

- (i) A entidade controle o ativo como consequência de acontecimentos passados,
- (ii) Seja provável que futuros benefícios económicos associados ao ativo fluirão para entidade;
- (iii) O justo valor ou custo do ativo possa ser fiavelmente mensurado.

2.1.5 Mensuração inicial

A mensuração é o processo de determinar as quantias monetárias pelas quais os elementos das demonstrações financeiras devam ser reconhecidos e inscritos no balanço e na demonstração de resultados. A mensuração dos ativos biológicos, pela NCRF 17, §13 deve ser efetuada no reconhecimento inicial e em cada data de balanço, pelo seu justo



WonderShare

PDF Editor

valor deduzido dos custos estimados no ponto de venda, exceto quando o justo valor não possa ser fiavelmente mensurado. Os custos no ponto de venda englobam comissões a corretores e a negociadores, taxas de agências reguladoras e bolsas de mercadorias e taxas de transferência e direitos. Estes excluem os custos de transporte e outros necessários para levar os ativos para o mercado (§ 15 da NCRF 17). Contudo, como já foi referido, quando não existir a possibilidade de mensurá-los com fiabilidade ao justo valor, a norma refere um tratamento de exceção apenas para os ativos biológicos, aquando do seu reconhecimento inicial, podendo estes serem mensurados pelo seu valor de custo, deduzido da depreciação acumulada e das perdas de imparidade acumuladas. Assim, não será possível mensurar um ativo biológico pelo justo valor, no seu reconhecimento inicial, e posteriormente pelo seu valor de custo. No entanto, caso o ativo biológico tenha sido reconhecido inicialmente pelo seu valor de custo, deverá ser reconhecido posteriormente pelo justo valor, quando a empresa o consiga fazer com fiabilidade (§§ 31 e 32 da NCRF 17).

O custo pode aproximar-se, por vezes, do justo valor. Particularmente, quando a transformação biológica não tiver sido significativa desde a data em que os custos foram incursos, ou se a transformação biológica já ocorrida não tiver impacto materialmente relevante nos preços de mercado (§ 25 da NCRF 17).

Relativamente aos produtos agrícolas no ponto de colheita, a norma não permite a mensuração destes ativos pelo seu valor de custo, assumindo que o justo valor dos produtos agrícolas é sempre possível de ser determinado com fiabilidade (§ 33 da NCRF 17).

Importa referir que o justo valor poderá não ser possível de determinar, pois em certas circunstâncias, os preços ou valores determinados pelo mercado podem não estar disponíveis para um ativo biológico na sua condição atual. Nestes casos, o §21 da NCRF 17 determina que o justo valor será determinado através do valor presente dos fluxos de caixa líquidos, descontados a uma taxa pré-imposto determinada no mercado corrente.



Wondershare PDF Editor™

PDF Editor

O objetivo será calcular o justo valor do ativo biológico no seu local e condição atual, sendo que se exclui do cálculo qualquer aumento do valor derivados de transformação biológica adicional e de atividades futuras da entidade, assim como os fluxos de caixa para financiar os ativos, impostos e fluxos necessários para repor os ativos biológicos após colheita (§§ 22 e 23 da NCRF 17).

2.1.6 Mensuração subsequente nos ativos biológicos não consumíveis

Quando a empresa pretende reconhecer e mensurar um produto agrícola após a colheita terá de recorrer à NCRF 18.

Os produtos agrícolas aquando do reconhecimento inicial, (após colheita) devem ser mensurados ao justo valor menos os custos estimados no ponto de venda (na altura da colheita) sendo este o valor considerado como custo dos inventários. A mensuração subsequente deverá corresponder ao valor mais baixo entre o valor do custo e o valor realizável líquido (§20, NCRF 18).

O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda estimado no decurso ordinário da atividade empresarial, menos os custos estimados de acabamento e os custos estimados necessários para efetuar a venda (§ 6 da NCRF 18). O conceito de valor realizável líquido difere do justo valor, uma vez que toma em consideração as condições de venda a que a empresa tem acesso, que por ventura podem não refletir o mercado desse ativo. A utilização do valor realizável líquido, caso este seja inferior ao valor do custo, permite contabilizar a perda de valor como consequência de alterações económicas, de mercados ou mesmo físicas. Os montantes resultantes da diminuição do ativo para o seu valor realizável líquido devem ser contabilizados como gasto do período, quando o ajustamento ou a perda ocorra. Por sua vez, o ajustamento deverá ser revertido até à concorrência do valor contabilizado inicialmente, no período em que exista.



Wondershare

PDF Editor

2.1.7 Subsídios governamentais

Subsídios Governamentais são definidos pela NCRF 22 § 4 como auxílios do Governo, na forma de transferência de recursos para uma entidade, em troca do cumprimento passado ou futuro de certas condições relacionadas com as atividades operacionais da entidade. Os Subsídios Governamentais poderão ser denominados por outros nomes como dotações, subvenções ou prêmios (NCRF 22, § 7). Os Subsídios podem ainda ser de natureza monetária ou não monetária, devendo apenas ser reconhecidos após a certeza de que serão recebidos e que a empresa cumpre as condições a eles associadas (§ 8 da NCRF 22).

Um subsídio do Governo não condicional deve ser reconhecido como rendimento quando e somente quando, o subsídio se torne recebível (§ 35); Já um Subsídio do Governo condicional deve ser reconhecido como rendimento quando sejam satisfeitas as condições ligadas ao subsídio do Governo (§ 36).

Pelo §38 da NCRF 17 se um subsídio do Governo se relacionar apenas com um ativo biológico mensurado pelo seu custo, menos qualquer depreciação acumulada e quaisquer perdas por imparidade acumuladas, deverá ser aplicada a NCRF 22.

2.1.8 Ganhos e perdas

Ganhos e Perdas, segunda a NCRF 17, podem surgir decorrentes de três situações distintas (i) no reconhecimento inicial de um ativo biológico pelo justo valor menos os custos estimados no ponto de venda (§27); (ii) de uma alteração de justo valor menos os custos estimados no ponto de venda de um ativo biológico (§27); (iii) no reconhecimento inicial do produto agrícola como consequência de colheitas (§30).



wondershareTM

PDF Editor

Pelo §28 da NCRF 17 pode surgir uma perda quando os custos estimados no ponto de venda são deduzidos ao determinar o justo valor, menos os custos estimados no ponto de venda de um ativo biológico. Pode surgir um ganho no reconhecimento inicial de um ativo biológico, tal como quando nasce um bezerro. Sendo que, os ganhos ou perdas resultantes do reconhecimento inicial de um produto agrícola pelo justo valor, menos os custos estimados no ponto de venda devem ser incluídos no resultado líquido do período (§29).

2.1.9 Divulgações

Ao problema da identificação dos ativos biológicos, do seu reconhecimento e da mensuração fiável e verdadeira, somamos o problema da divulgação, sendo este o nosso principal foco de interesse.

Com as alterações do justo valor deduzido dos custos estimados no ponto de venda, é útil a divulgação separada de alterações físicas e de preços, na avaliação do desempenho do período corrente e das perspetivas futuras, particularmente quando haja um ciclo de produção maior do que um ano (§42, NCRF 17).

Por obter um registo detalhado e preciso relativamente a ativos biológicos e sua contabilização, uma entidade deve divulgar:

- (i) Descrição de cada grupo de ativos biológicos (§ 44);
- (ii) As medidas ou estimativas não financeiras usadas na quantificação física de cada um dos grupos de ativos biológicos no fim do período (§44);
- (iii) A descrição dos métodos e os pressupostos significativos aplicados na determinação do justo valor de cada um dos grupos do produto agrícola no ponto de colheita e de cada um dos grupos de ativos biológicos (§45);



WonderShare™

PDF Editor

- (iv) O justo valor menos os custos estimados no ponto de venda do produto agrícola colhido durante o período, determinado no momento de colheita (§46);
- (v) A existência e quantias escrituradas de ativos biológicos cuja posse seja restrita e as quantias escrituradas de ativos biológicos penhorados como garantia de passivos (§ 47);
- (vi) A quantia de compromissos relativos ao desenvolvimento ou à aquisição de ativos biológicos (§47);
- (vii) As estratégias de gestão de riscos financeiros relacionados com a atividade agrícola (§47).

Caso não seja possível a mensuração fiável do justo valor e a entidade mensurar o ativo pelo seu custo menos qualquer depreciação acumulada e quaisquer perdas por imparidade acumuladas, adicionalmente, deve divulgar (§ 48):

- (i) Uma descrição dos ativos biológicos;
- (ii) Uma explicação da razão por que não podem ser mensurados fiavelmente ao justo valor;
- (iii) Se possível, o intervalo de estimativas dentro das quais seja altamente provável que caia o justo valor;
- (iv) O método de depreciação usado;
- (v) As vidas úteis ou as taxas de depreciação usadas e;
- (vi) A quantia escriturada bruta e a depreciação acumulada no início e no final do período.

Posteriormente se se tornar fiável a mensuração ao justo valor (§ 49), requer-se a publicação de:



Wondershare™

- (i) Uma descrição dos ativos biológicos;

PDF Editor

- (ii) Uma explanação do razão pela qual o justo valor se tornou fiavelmente mensurável;
- (iii) O efeito da alteração.

2.2 O justo valor e o custo histórico

Em Portugal, com o antigo Plano Oficial de Contas a vigorar, a agricultura não tinha em termos contabilísticos nenhuma norma específica, sendo-lhe aplicada as normas contabilísticas comuns para as atividades comerciais e industriais.

Nesta medida, o SNC apresenta grandes alterações e inovações ao adotar uma norma específica para a agricultura, a NCRF 17 – Agricultura, em tudo muito semelhante à IAS 41, onde fundamentalmente é abandonado o método do custo histórico para valorizar os ativos biológicos e é adotado o justo valor.

Para a NCRF 17 – Agricultura, o justo valor deve ser entendido como, o valor de mercado menos os custos para colocar os ativos biológicos e os produtos agrícolas no mercado.

O IASB considera que as variações provenientes das alterações de valor são mais relevantes para a obtenção de informações acerca do desempenho de uma empresa agrícola do que o tradicional custo histórico. Exemplo disso, é o fato de certas atividades, como a criação de gado ou plantação de madeira levarem vários anos até à sua colheita, sendo que, usando o custo histórico, o desempenho da empresa só seria fiavelmente avaliado no momento da transação.

Neste sentido, Mihular in Prinsloo (2001), *chairman of IASC's Steering Committee on Agriculture*, refere que as DF's das empresas com atividade agrícola devem refletir os efeitos da transformação biológica, os quais são representados pelas alterações do justo valor dos ativos biológicos. Refere ainda que o modelo do custo histórico não reflete os



Wondershare™

PDF Editor

efeitos da transformação biológica devido à diferença temporal que medeia entre a fase inicial e a fase de colheita.

Para Demaria e Dufour (2008) justo valor é mais que um método de mensuração, é uma prática contábil, pois representa a forma económica de mensurar o capital, compreendendo o princípio da substância económica sobre a forma jurídica, que significa a apresentação contábil do fenómeno económico real.

Neste sentido, Schiller (2004) e Barlev e Haddad (2003) entram nesta discussão ao afirmarem que os investidores procuram constantemente DF's com informação relevante que lhes permita reformular as suas decisões de investimento. Consideram que o critério valorimétrico do justo valor para valorização de ativos e passivos com mercado eficiente permite minimizar as distorções na preparação das DF's.

No entanto, o reconhecimento ao justo valor para a valorização de activos biológicos constitui uma atitude ousada por parte do IASB, tendo sido muito criticada pelos diferentes intervenientes no projeto da norma. O próprio IASB referiu algumas vantagens relacionadas com a sua escolha que, do seu ponto de vista, superavam as suas desvantagens, conforme sintetizamos de seguida (IASB, 2000, §B13-B16).

O justo valor tem maiores relevância, fiabilidade, comparabilidade e compreensibilidade, como uma mensuração de benefícios económicos esperados de activos biológicos, do que o modelo do custo histórico, porque:

- i) Muitos activos biológicos são negociados em mercados activos com preços de mercado observáveis, o que proporciona uma mensuração fiável de expectativas de mercado de benefícios económicos futuros, aumentando assim a fiabilidade do valor do mercado como um indicador de justo valor.



wondershare™

PDF Editor

ii) A mensuração ao custo de ativos biológicos é por vezes menos fiável, porque produtos conjuntos e custos conjuntos podem criar situações em que o relacionamento entre entradas (inputs) e saídas (outputs) está mal definido, conduzindo a imputações complexas e arbitrárias de custos entre as diferentes produções de transformação biológica.

iii) Ciclos de produção relativamente longos e contínuos, com volatilidade, quer na produção, quer no mercado, significam que o período contabilístico não representa um ciclo completo. Assim, a mensuração dos ativos biológicos na data das demonstrações financeiras, e não na data da transação, proporciona uma melhor medida para avaliar o desempenho ou a posição financeira da empresa agrícola durante o período contabilístico.

iv) Fontes diferentes de animais de substituição e plantas dão origem a custos diferentes num modelo de custo histórico. Ativos semelhantes devem dar origem a expectativas semelhantes com respeito a benefícios futuros. Quando ativos semelhantes são mensurados e relatados pelo uso dos mesmos critérios, a comparabilidade e compreensibilidade são consideravelmente aumentadas.

Opinião favorável relativamente ao critério valorimétrico do justo valor é partilhada por Hague (2000). Contudo, este faz referência às dificuldades causadas no desempenho da empresa, porque os investidores comparam o justo valor do início do ano com o do fim do ano para verem a percentagem de retorno gerado durante o período, através das alterações do justo valor. Também para Wahlen et al. (2000) o critério valorimétrico do justo valor pode ser usado por ser de fácil mensuração e por mensurar valores combinados de itens. No entanto, têm consciência das suas dificuldades.



wondershare™

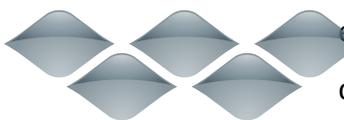
Conforme já foi referido, o processo de implementação da norma não foi nada pacífico e foram aparecendo argumentos que de alguma forma contrariavam a utilização do critério

PDF Editor

de reconhecimento ao justo valor, considerando as seguintes desvantagens (IASB, 2000, §B17).

O custo histórico é o resultado de transações entre partes independentes e por isso proporciona prova de valores de mercado livre nesse período de tempo, sendo independentemente verificável. O justo valor não é algumas vezes fielmente mensurável e os utentes das demonstrações financeiras podem ser induzidos em erro pela apresentação de números que sejam indicados como sendo de justo valor, mas são baseados em suposições subjetivas. Também são da opinião que:

- i) Os preços de mercado são muitas vezes voláteis e cíclicos, não sendo apropriados como um critério de mensuração;
- ii) Pode ser oneroso exigir valorização ao justo valor em cada data de balanço, especialmente se forem exigidos relatórios intercalares;
- iii) O modelo de custo histórico está bem estabelecido, sendo geralmente usado. O uso de qualquer outro modelo deve ser acompanhado pela divulgação de qualquer alteração na “Estrutura Conceptual”. Os ativos biológicos devem ser mensurados pelo seu custo para haver consistência com outras NIC’s;
- iv) A valorização pelo custo proporciona uma mensuração mais objetiva e consistente;
- v) Podem não existir mercados ativos para alguns ativos biológicos em alguns países. Em tais casos, o justo valor não pode ser fielmente mensurado, especialmente durante o período de crescimento, no caso de um ativo biológico que tenha um período de crescimento longo;



wondershare™

PDF Editor

vi) A mensuração pelo justo valor resulta no reconhecimento de ganhos e perdas não realizados, contradizendo os princípios de reconhecimento do rédito nas normas internacionais de contabilidade;

vii) Os preços de mercado à data de um balanço podem não ter um relacionamento íntimo com os preços pelos quais os ativos poderão ser vendidos, não sendo muitos ativos biológicos detidos para venda.

Ferreira (1998:22) refere que o termo justo valor é impróprio para qualificar valores recolhidos por referência ao mercado, uma vez que, o modo como os preços se formam no mercado não se regem por “justiça”, mas pelas leis da oferta e da procura. Assim, segundo Ferreira (1999), se existir excesso de oferta com dificuldades em escoar a produção, o preço de mercado diminui, não se podendo no entanto dizer que esse é o justo valor. Da mesma opinião partilha Carqueja (1995), quanto à forma como é determinado o justo valor.

Assim, são vários os autores que consideram que a valorização ao justo valor, no caso de inexistência de mercado ativo, leva à subjetividade e à manipulação de resultados, afetando a relevância do próprio justo valor. De entre outros, destacamos Petroni e Wahlen (1995), Eccher *et al.* (1996), Nelson (1996) e Barth (1994).

Se, por um lado, o custo histórico garante maior fiabilidade, por outro lado evidência falta de relevância, na medida em que incorpora momentos passados, por vezes materialmente desfasados. Neste sentido, para Barth e Landsman (1995) *in* Pires e Rodrigues (2002), o custo histórico está longe de se ajustar à valorização dos elementos geradores de valor das empresas, parecendo-lhes mais adequado recorrer ao justo valor entendido como o valor de uso, ou seja, a variação no valor da empresa provocada por cada elemento patrimonial.



PDF Editor

Partilhamos a opinião que a utilização do justo valor é preferível ao custo histórico, quando exista um mercado ativo fidedigno, uma vez que nesse caso, o justo valor fornece informação útil e relevante para a tomada de decisão.



PDF Editor

3 Revisão da Literatura

Neste capítulo, iremos abordar as diversas teorias explicativas da divulgação de informação financeira, assim como, expor alguns estudos nacionais e internacionais que visam a análise do cumprimento dos requisitos de divulgação estipulados pelos respetivos normativos em vigor.

3.1 Teorias da divulgação

São inúmeros os estudos acerca das teorias explicativas da divulgação de informação empresarial voluntária. Apesar do nosso estudo incidir sobre divulgações obrigatórias, consideramos importante abordar algumas dessas teorias, uma vez que, a divulgação não voluntária poderá ser também influenciada pela mesma esfera de fatores.

A decisão de divulgar informação empresarial é complexa e é influenciada por fatores internos e externos. Os fatores internos integram as características das empresas, tais como, a dimensão, o tipo de indústria, a *listing status* e a qualidade da auditoria, diversamente, os fatores externos estão relacionados com o contexto ambiental em que opera a empresa, como a cultura, o sistema legal e a base institucional (Khlifi & Bouri, 2010).

Alguns autores tentam explicar os motivos da divulgação voluntária recorrendo a diversas teorias, umas de índole económica onde se enquadram a Teoria Positiva da Contabilidade, a Teoria da Sinalização, o Enquadramento Custo – Benefício e a Perspectiva Baseada nos Recursos, e outros recorrem a teorias políticas e sociais das quais se destacam a Teoria da Legitimidade, a Teoria dos *Stakeholders*, e a Perspectiva Político-Económica da Contabilidade.

Contudo, nenhuma destas teorias consegue explicar por si só os incentivos inerentes à divulgação voluntária de informação. Segundo Gray *et al.* (1995), estas teorias não competem umas com as outras mas complementam-se.



Wondershare™

PDF Editor

3.1.1 Teoria positiva da contabilidade

A Teoria Positiva da contabilidade, segundo Watts e Zimmerman (1978, 1990), permite compreender os incentivos que conduzem à divulgação voluntária de informação, assim como compreender as motivações que levam os gestores a adotar determinadas práticas contabilísticas em detrimento de outras.

A Teoria Positiva da Contabilidade assenta nos fundamentos da Teoria da Empresa e da Teoria da Agência (Jensen e Meckling, 1976), uma vez que, o gestor segundo esta linha de raciocínio possui motivações próprias e poderá ter tendência a agir no seu interesse pessoal, adotando comportamentos oportunistas que afetam a criação de valor da empresa para os seus acionistas e credores.

Inerentes à atividade da empresa existem custos contratuais e custos políticos. Os custos contratuais compreendem os custos de transação, de agência, de informação, de renegociação e de falência. Os custos políticos são custos que advêm da atenção dada pela sociedade, governo e órgãos reguladores às empresas com maior dimensão e visibilidade. Daí, os autores (Watts e Zimmerman, 1978) afirmarem que os custos políticos são uma função positiva da dimensão da empresa e da sua visibilidade social. A teoria dos custos políticos postula que as grandes empresas estão mais sujeitas a regulamentação do que as empresas menores, daí que, o cumprimento dessa regulação impele as empresas a incorrer em custos decorrentes, os chamados custos políticos.

A Teoria Positiva da Contabilidade assenta na ideia de que o conteúdo e a forma da informação contabilística são determinados pelos incentivos que movem os gestores, incentivos esses que, segunda esta teoria, são sintetizados nas seguintes três hipóteses:



wondershare™

PDF Editor

- i) A hipótese do plano de compensação sugere que os gestores com planos de remuneração indexados a elementos contabilísticos têm incentivos em adotar políticas contabilísticas que antecipem resultados de períodos seguintes;
- ii) A hipótese do contrato de dívida estipula que perante a iminência da violação de cláusulas dos contratos de dívida indexadas à informação contabilística, os gestores têm incentivos em adotar políticas contabilísticas que antecipem os resultados;
- iii) Finalmente, a hipótese dos custos políticos considera que, na presença destes custos, os gestores têm incentivos em adotar políticas contabilísticas que difiram os resultados para os períodos seguintes (Watts e Zimmerman, 1978).

Relativamente à divulgação voluntária de informação, esta é influenciada por dois tipos de incentivos que se colocam ao gestor:

- i) Existência de assimetria de informação e de custos de agência entre gestores e acionistas e entre a empresa e os seus credores, onde os gestores tendem a divulgar informação voluntária de modo a reduzir essa assimetria e assim contribuir para uma melhor avaliação da empresa e conseqüente redução do custo de capital que lhe está associado (Botosan, 1997).
- ii) Existência de custos políticos inerentes à atividade da empresa. Na eminência de elevados custos políticos, os gestores têm incentivo em divulgar informação que releve os aspetos sociais da empresa de forma a desviar o centro das atenções dos resultados contabilísticos e evitar que o estado e entidades reguladores adotem medidas que possam vir a prejudicar a empresa.

Segundo a Teoria Positiva da Contabilidade, as empresas com grande dispersão de capital (custos de agência entre acionistas e gestores), maior volume de dívida (custos de agência



PDF Editor

entre empresa e credores) e sujeitas a grande visibilidade social (custos políticos), tendem a divulgar mais informação voluntária do que as restantes empresas, uma vez que, em suma, os gestores divulgam informação voluntária para minimizar os custos de agência e custos políticos.

3.1.2 Teoria da sinalização

A teoria da Sinalização (Ross, 1977; Spence, 1973) permite igualmente compreender algumas das motivações inerentes à divulgação voluntária de informação.

Esta teoria pressupõe a existência de dois tipos de empresas no mercado, as de elevada qualidade e as de qualidade inferior. Acontece que, em contexto de assimetria de informação, torna-se difícil distinguir estes dois tipos de empresa. Desta forma, as boas empresas serão prejudicadas pois estarão subavaliadas, ao contrário das más, que estarão sobrevalorizadas e beneficiadas. Daí, no que se refere à escolha da política contabilística, as empresas de elevada qualidade irão optar por políticas contabilísticas que demonstrem essa mesma qualidade superior, enquanto as empresas com qualidade inferior, escolherão políticas que possam camuflar a sua verdadeira situação económico financeira. As boas empresas têm incentivos em sinalizar ao mercado as suas boas qualidades, de forma a diferenciarem-se das restantes empresas e assim permitirem que investidores e credores avaliem melhor a sua capacidade de criação de riqueza e reduzam o risco que lhe está associado (Botosan, 1997; Williams, 2001; Miller e Whiting, 2005).

Contudo a sinalização enviada ao mercado apenas será credível e relevada quando as restantes empresas não a possam imitar.

Spence (1973) demonstra que se o custo do sinal for superior para as más empresas deixa de haver incentivo à imitação. A existência de custos associados e de confirmação da informação divulgada são fundamentais para assegurar a credibilidade do sinal. A credibilidade do sinal é garantida pela existência de custos associados à publicação da



WonderShare™

PDF Editor

informação e pelo facto da informação divulgada ser auditada juntamente com as respetivas demonstrações financeiras.

3.1.3 Teoria do enquadramento custo-benefício

O enquadramento custo-benefício trata-se também de uma teoria explicativa da divulgação voluntária de informação sugerida por vários autores (GarcíaMeca et al., 2005; Vergauwen e Alem, 2005; Oliveira, et al., 2006), que estabelece uma comparação entre os custos para obter a informação (de recolha, de supervisão, de auditoria, de disseminação e de taxas legais) e os benefícios que podem advir da divulgação dessa mesma informação. Neste contexto, os gestores são incentivados a divulgar quando os benefícios são maiores que os custos do relato (Cooke, 1992).

Como já foi referido, um dos grandes benefícios da divulgação voluntária é a redução de assimetrias de informação, conseqüentemente, segundo Li et al. (2007), a existência de *stakeholders* e acionistas mais informados permite uma melhor avaliação da empresa, e segundo (Healy e Palepu, 1993; Healy et al., 1999), resulta num aumento do interesse por parte dos analistas financeiros e conseqüentemente no aumento da liquidez das ações. Ainda como possível benefício, Sengupta (1998) sugere que uma melhor qualidade da divulgação permite a redução do custo do endividamento.

Nesta análise custo-benefício, os benefícios contrapõem com os diversos custos inerentes à divulgação. O primeiro custo é o da preparação da informação onde se incluem os custos de auditoria. Outro custo a ter em conta é abordado por (Verrecchia, 1983) na Teoria dos *Proprietary Costs*, onde este aborda os impactos negativos da divulgação na posição competitiva da empresa. Ao divulgar informação, esta será do conhecimento dos concorrentes que, tendo acesso a informação confidencial acerca das fontes de criação de valor e de possíveis vantagens competitivas poderão, tal como analisado na teoria da sinalização, aproveitar essa informação e imitar tais políticas.



WondershareTM

PDF Editor

Neste contexto estes custos estão intimamente dependentes da natureza competitiva do mercado, do tipo de informação divulgada e do grau de ameaça de entrada de novas empresas. Por essa razão, os incentivos à divulgação voluntária serão maiores em sectores com tendências monopolistas.

Por fim, existem os custos decorrentes da falta de credibilidade da informação. Estes custos tendem a ser maiores quando haja conflitos de interesses na empresa, pois, tais conflitos levam a que os investidores desconfiem do carácter voluntário da informação.

3.1.4 Teoria da Perspetiva baseada nos recursos

A perspetiva baseada nos recursos oferece outro contributo à explicitação dos motivos que conduzem à divulgação voluntária de informação. Esta perspetiva é construída no pressuposto de que o sucesso da empresa depende largamente dos recursos que possui e que controla, isto é, dos seus ativos e capacidades (Galbreath, 2005). As capacidades são o conjunto das competências e conhecimento acumulado exercidas através de rotinas empresariais. A perspetiva baseada nos recursos refere que apenas os recursos valiosos, raros, inimitáveis e insubstituíveis são suscetíveis de alcançar vantagens competitivas sustentadas (Galbreath, 2005). No seio desta perspetiva, as empresas têm incentivos para divulgar voluntariamente informação que potencie os recursos suscetíveis de gerar vantagens competitivas. A divulgação de informação aproxima a empresa dos seus *stakeholders*, melhorando a natureza da sua relação e permitindo atrair e manter recursos valiosos.

3.1.5 Teoria da legitimidade

A teoria da legitimidade baseia-se no pressuposto de que existe um contrato social entre a organização e a sociedade, contrato esse que segundo alguns autores (Guthrie et al., 2004; Watson et al., 2002), representa as expectativas que são depositadas na forma como a empresa desenvolve as suas atividades.



Wondershare™

PDF Editor

Assim, segundo esta teoria, as empresas operam de acordo com as normas e limites das sociedades em que se inserem, através de certas normas e padrões emitidos pelas entidades reguladoras. Atendendo a este facto, o não cumprimento do contrato social implica custos políticos e custos de assimetria de informação, prevê-se portanto que, as empresas para mitigar estes custos, façam divulgação voluntária das suas atividades quando a gestão percebe que essas atividades são expectáveis por parte das comunidades em que ocorrem (Guthrie, Petty, Yongvanich, & Ricceri, 2004). Os mesmos autores citam Lindblom (1994), que sugere que quando a legitimidade de uma organização está posta em causa, poderão ser adotadas várias estratégias de combate, como educar e informar a “sociedade” sobre as mudanças no desempenho e nas atividades da organização, alterar as percepções do seu público-alvo não mudando o atual comportamento, manipular as percepções do seu público-alvo desviando a sua atenção para outras questões, e ainda, alterar as expectativas externas quanto ao desempenho da organização.

Em suma, de acordo com a Teoria da Legitimidade, a divulgação voluntária da informação serve para demonstrar que a empresa é socialmente responsável e que a forma como opera as suas atividades é aceitável perante os valores que lhe são impostos.

3.1.6 Teoria dos *stakeholders*

A Teoria dos *Stakeholders* estabelece uma responsabilidade organizacional na divulgação de informações, reconhecendo as DF's como a principal fonte de relato das empresas (Silva *et al.*, 2012). Esta teoria assume que a empresa não pode ser compreendida apenas como uma instituição sócio-económica em função dos seus proprietários ou acionistas, muitos outros elementos estão em jogo, nomeadamente um conjunto de pessoas ou instituições que também têm interesse que a organização seja bem-sucedida, os chamados *stakeholders*. Assim, estes têm o direito à informação sobre o desempenho das organizações, de modo a que a informação divulgada vá ao encontro das suas expectativas (Guthrie *et al.*, 2004). Desta forma, a divulgação adicional de informação por

parte das empresas faz com que aumente e se fortaleçam os laços entre a empresa e os *stakeholders*.

O ramo positivista desta teoria admite que a percepção da gestão sobre os *stakeholders* é influenciada pelos recursos que este controlam. Deste modo, as empresas poderão influenciar o formato e o conteúdo da informação em função da expectativa de um determinado *stakeholder* de grande importância. Já o ramo ético da teoria sugere que a informação divulgada deve atender ao benefício global de todos os *stakeholders*, pois todos eles devem ter o direito a serem tratados com a mesma justiça.

3.1.7 Teoria da perspectiva político-económica da contabilidade

Para Abeysekera e Guthrie (2005) a contabilidade é vista como um meio de sustentar e legitimar os acordos políticos, económicos e sociais efetuados pela empresa, uma vez que, esta teoria pressupõe que em cada acordo existem duas forças que se opõem e criam tensões entre os participantes. Surge portanto, a contabilidade como função mediadora para suprimir os conflitos e revertê-los em acordos estabelecidos pela sociedade (Abeysekera e Guthrie, 2005; Stanton e Stanton, 2002).

Santon e Santon (2002) sublinham a importância da divulgação voluntária como ferramenta pró-ativa para influenciar e moldar tudo o que é importante para a empresa. Assim, a perspectiva político-económica da contabilidade embora de forma abrangente, contextualiza a divulgação com a realidade política, económica e social das empresas.

Termina aqui o enquadramento teórico das motivações inerentes à divulgação voluntária de informação. As várias teorias permitem compreender melhor os incentivos que movem as empresas e os gestores a divulgarem voluntariamente informação financeira. Como já foi referido, estas teorias devem ser encaradas como complementares, contudo, em certos contextos, alguns dos incentivos sobrepõem-se aos outros.



Wondershare™

PDF Editor

3.2 Adoção das IAS/IFRS e o grau de cumprimento dos requisitos de divulgação

São vários os estudos que analisam a adoção de normas preconizadas pelas IAS/IFRS. Muitos deles avaliam o grau de divulgação e associam-no a fatores que influenciam o cumprimento normativo.

Para determinar o nível de harmonização entre a IAS 39 – Instrumentos Financeiros e a prática de relato dos instrumentos financeiros de uma ampla amostra de 203 empresas europeias com valores cotados em 2005, Morais e Fialho (2008) realizaram uma análise de regressão para identificar as características específicas das empresas que influenciam o grau de harmonização da prática de relato dos Instrumentos Financeiros. Os resultados deste estudo mostram um alto grau de observância dos requisitos de mensuração na IAS 39, no primeiro ano da adoção obrigatória desta norma. No entanto as variáveis independentes escolhidas não constituem fatores explicativos do cumprimento. Os fatores institucionais e as características das empresas (dimensão, tipo de indústria ou setor, rendibilidade, *listing status* e tipo de auditor), não influenciam o nível de cumprimento dos requisitos da IAS 39. Constata-se que os resultados deste estudo contrariam os estudos prévios efetuados, quando a adoção das IFRS/IAS era ainda voluntária, que postulavam não ser a harmonização das normas contabilísticas condição necessária e suficiente para a harmonização das práticas contabilísticas. As autoras consideram os resultados obtidos como “um sinal positivo para a harmonização do relato financeiro das empresas europeias.

Tsalavoutas (2011) avalia o cumprimento dos requisitos de divulgação obrigatória das normas IFRS em 2005, aquando da sua implementação, em 153 empresas gregas cotadas na bolsa de valores grega. Foram efetuados os seguintes testes de hipóteses:

- ii) A eventual associação entre a divulgação obrigatória das normas IFRS e as mudanças provocadas pela transição para IFRS nos rendimentos dos acionistas;



Wondershare

PDF Editor

- ii) A eventual relação entre a divulgação obrigatória das normas IFRS e as alterações no lucro líquido em resultado da implementação das IFRS.

Os resultados encontrados confirmaram ambas as hipóteses e constata-se um nível médio de cumprimento da divulgação obrigatória das normas IFRS baixo nas empresas da amostra, com desvios-padrão de 10% e 8% conforme o método usado para medir o cumprimento das normas, respetivamente, método *PC-Partial Compliance* e método *Cooke*. Não obstante, existem cerca de 20% das empresas que cumprem em mais de 90% com todos os requisitos de divulgação obrigatória. Estes resultados podem derivar da abordagem condescendente do regulador grego quanto ao cumprimento das normas IFRS durante os primeiros anos da sua adoção, os fracos mecanismos de execução e também podem ser um indicador da pouca familiaridade dos contabilistas e auditores gregos com as novas normas. Para além disto, o estudo permite a identificação dos fatores explicativos do nível de divulgação obrigatória como o tipo de auditor, as alterações no resultado líquido e no património dos acionistas devido à transição para as IFRS.

Lopes e Rodrigues (2007) analisaram o nível de divulgação dos instrumentos financeiros tendo por base uma amostra de empresas portuguesas com valores cotados na Euronext Lisboa, no final de 2001, tendo concluído que o nível de divulgação dos instrumentos financeiros, (num contexto de falta de normas reguladoras portuguesas para este tipo de ativos, uma vez que a obrigatoriedade de adoção das IAS só ocorre em 2005), está significativamente relacionado com certas características das empresas como a dimensão, o tipo de auditor, *listing status* e o setor económico (financeiro/não financeiro). Mais ainda, dado que o índice de divulgação é baseado nas IAS 32 - Instrumentos Financeiros: Apresentação e IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração, os resultados mostraram que as empresas de maiores dimensões, se forem cotadas em mais do que um mercado de capitais e se forem auditadas por uma das 5 maiores empresas internacionais, mais cumprem com os requisitos das normas IAS 32 e 39.



Oliveira *et al.* (2011) abordaram as práticas de divulgação do risco a partir dos relatórios anuais de 2005, de empresas portuguesas não financeiras registadas na Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM). Examinaram o tratamento contabilístico dos riscos financeiros ao abrigo do disposto na IAS 1- Apresentação das Demonstrações Financeiras, e na IAS 32 - Instrumentos Financeiros: Apresentação e na IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. Outro objetivo do estudo em questão foi identificar os fatores que influenciam este tipo de divulgação. Os autores usaram a análise de conteúdo para quantificar o nível de divulgação do risco, que foi dividido por 3 tipos de risco: financeiro, não financeiro e quadro de gestão. Foram testadas 9 variáveis independentes, com base na combinação das teorias de divulgação, da agência, da legitimidade e dos recursos. As conclusões obtidas foram as seguintes:

- (i) A divulgação baseada no risco é maioritariamente vaga, genérica, qualitativa, focada no passado, dispersa ao longo dos relatórios e não satisfaz as necessidades de informação dos *stakeholders*;
- (ii) A alavancagem, o tipo de auditor, a dimensão, o quadro de diretores independentes e o nível de sensibilidade ambiental são variáveis que estão relacionadas positivamente com a divulgação do risco;
- (iii) A concentração da propriedade do capital e o comité de auditoria não estão associados com a divulgação do risco e a adoção das IAS/IFRS;
- (iv) A diretiva da modernização não está associada com a divulgação baseada no risco.

A fim de avaliar o grau de cumprimento das divulgações referentes à IAS 16 – Ativos Fixos Tangíveis, Costa (2012), analisou os anexos das demonstrações financeiras consolidadas das empresas cotadas na Euronext Lisboa para o período de 2005 a 2010. Utilizando um índice de divulgação, constatou-se um grau de cumprimento intermédio dos requisitos de divulgação da IAS 16 de 67,3%, tendo sido verificado um acréscimo de 4,6 pontos percentuais de 2005 para 2010. A análise de regressão evidencia que o tamanho da empresa e o montante de ativos fixos tangíveis são fatores corporativos explicativos do



grau de cumprimento dos requisitos da divulgação previstos na IAS 16. Já as variáveis rendibilidade e endividamento não obtiveram significância estatística.

Silva (2013) a fim de avaliar a divulgação referente a impostos diferidos, testou se as empresas portuguesas cotadas no ano de 2010 divulgam o previsto pela IAS 12. Investigou-se igualmente, se o cumprimento de determinado requisito de apresentação e divulgação é independente do tipo de requisito de que se trata. Por fim, identificaram-se os fatores que contribuem para o índice de divulgação de informação sobre impostos diferidos. Os resultados mostram que o tipo de requisito a divulgar influencia o cumprimento de divulgação, não sendo, portanto, independente. Quanto aos fatores explicativos do índice de divulgação apontados (qualidade do auditor externo, existência de planos de atribuição de ações, setor de atividade, dimensão da empresa e nível de endividamento) não é possível identificar estatisticamente a associação entre as variáveis *dummy*. Porém, foi possível aferir que existe uma correlação positiva entre a dimensão das empresas e o índice de divulgação.

3.3 Sistema de normalização contabilística – Adoção das NCRF e o seu grau de cumprimento

Dada a “recente” implementação do SNC (1 de janeiro de 2010), ainda pouco se sabe acerca do grau de cumprimento deste por parte das empresas, no entanto, podemos destacar alguns trabalhos de investigação relevantes, relacionados com este sistema normativo e enquadrados no tema do presente estudo.

O grau de cumprimento dos requisitos de divulgação dos ativos intangíveis descritos na NCRF 6 e a identificação dos fatores que mais influenciam o cumprimento das divulgações obrigatórias exigidas pela respetiva Norma Contabilística e de Relato Financeiro foi objeto de estudo por parte de Couto (2013). Tal investigação foi realizada através da análise das demonstrações financeiras e anexo das 500 maiores empresas do Ranking da Revista Exame de 2010, sujeitas ao regime geral do SNC e com relatórios disponíveis na Internet,



WonderShare

PDF Editor

dos anos de 2010 (ano de transição) e 2011. Os dados recolhidos em 2010 e 2011 permitiram a construção de um índice de divulgação dos ativos intangíveis e a identificação dos fatores explicativos da divulgação. Foram testadas seis hipóteses de associação entre o índice e seis variáveis. As variáveis explicativas utilizadas foram a dimensão, a rendibilidade, o endividamento, internacionalização, tipo de auditor e setor de atividade. Os resultados dos testes mostram que a média do índice de divulgação dos Ativos Intangíveis é de 30% e, contrariamente ao que era expectável, não se confirma que com a adoção do SNC e com o passar do tempo haja um maior nível de divulgação. Relativamente à identificação dos determinantes do cumprimento, a dimensão das empresas é o único fator que tem uma relação estatisticamente significativa com a divulgação dos ativos intangíveis.

Almeida (2011) analisou o setor da olivicultura com a finalidade de investigar em particular a NCRF 17 – Agricultura no ano de 2010, ano de transição do POC para o SNC. Por recurso ao índice de conservadorismo de Gray, 1980, e à análise de rácios e indicadores económico – financeiros, foram constatadas variações nas DF em resultado da comparação entre os dois sistemas normativos (POC e SNC). A amostra final, devido à dificuldade na obtenção de dados, é constituída apenas por 5 empresas, que disponibilizaram os seus dados e aplicam a NCRF 17. A análise efetuada sobre as DF demonstra que, sem se perceber a causa, em certas empresas se verifica o registo contabilístico de inventários por valor igual a zero e noutras, inexistência de contabilização de valores em inventários, nomeadamente, em ativos biológicos. Não foi dada nota se estão a ser cumpridos os requisitos de divulgação constantes dos parágrafos 44 a 47 da norma. Os resultados obtidos no estudo empírico revelam que o impacto da transição do POC para o SNC é positivo, contrariando alguma literatura prévia, devido nomeadamente, ao aumento dos ativos e dos capitais próprios, dos resultados das empresas e da redução dos passivos. Os efeitos da transição foram igualmente favoráveis na maioria dos rácios e indicadores económico-financeiros.



A fim de avaliar o cumprimento dos requisitos de divulgação prescritos pela IAS 19 – Benefícios de Empregados, a que corresponde a NCRF 28, por parte de entidades cotadas na *Euronext Lisbon*, Figueiredo (2012), levou a cabo um estudo descritivo mediante a análise de conteúdo dos relatórios e contas de 20 empresas (distribuídas por sete setores de atividade), referentes aos anos de 2007 a 2009, para identificar as práticas de divulgação dos benefícios dos empregados. Foram identificados vinte e cinco indicadores de divulgação para os cinco tipos de benefícios de empregados, em conformidade com os requisitos de divulgação da IAS 19. A conclusão é que, para o período em análise, todas as empresas da amostra divulgam e aumentam em 5% o nível de divulgação de informação sobre os benefícios dos empregados. Foi ainda possível confirmar que o setor de atividade se relaciona positivamente com a divulgação de informação sobre benefícios de empregados, e que o setor financeiro apresenta uma média de divulgação superior à de todos os outros.

3.4 Divulgação de informação financeira e respetivos determinantes

Um importante contributo para a compreensão da extensão da divulgação financeira foi desenvolvido por Cooke (1992), através dos relatórios anuais de empresas Japonesas com valores cotados, tendo sido analisado o impacto da dimensão, da cotação das ações em diversos mercados de capitais e do tipo de indústria, no relato obrigatório e voluntário das 35 empresas que pertencem à amostra. Por recurso à técnica de análise de conteúdo dos relatórios, foi construído um índice de divulgação, com base numa abordagem dicotómica dos itens que são divulgados nos relatórios anuais de 1988. Da estatística descritiva usada retira-se que, apesar de não haver grandes variações nos níveis de divulgação obrigatórios entre empresas industriais e não industriais (média de cumprimento dos requisitos de divulgação obrigatória é de 95%), o mesmo não se passa com a divulgação voluntária, em média só 20% das empresas divulgam informação voluntária. As empresas com valores cotados internamente e em mercados externos (*listing status*), por estarem sob maior vigilância, têm que cumprir os requisitos de divulgação dos diversos mercados de capitais e para a manutenção ou elevação do valor



Wondershare™

PDF Editor

da cotação, tendem a divulgar voluntariamente mais informação do que as que só são cotadas no mercado interno. Os resultados obtidos permitem dirimir que as empresas que mais divulgam informação pertencem ao setor industrial e, assim, o tipo de indústria, a *listing status* e a dimensão são fatores que significativamente explicam a divulgação no Japão (Cooke, 1992).

As relações entre as características das empresas e a extensão da divulgação nos relatórios anuais de empresas espanholas foram alvo de um estudo empírico elaborado por Wallace *et al.* (1994). Trata-se de confirmar ou infirmar se as variáveis: solvabilidade, total de ativos, total de vendas, rácio da liquidez, retorno de ganhos, margem de lucro, tipo de indústria, tipo de auditor e *listing status*, estão relacionadas com a extensão da divulgação. Com base em relatórios anuais de uma amostra de 50 empresas espanholas não financeiras, das quais 30 são cotadas nas bolsas de Madrid e Valência e as restantes não são cotadas, foram construídos índices de divulgação com informação quantitativa e qualitativa. Existem variações nos índices de divulgação entre 29% e 80% e as variáveis dimensão e *listing status* explicam as alterações do índice de divulgação. Quanto ao rácio de liquidez apresenta associação negativa significativa com a divulgação e todas as restantes variáveis estudadas não se relacionam com a divulgação.

É de salientar a pesquisa de Wallace e Naser (1995) relativa à divulgação obrigatória de informação empresarial, cujo objetivo é testar o impacto de variáveis que representam as características específicas das empresas com valores cotados de Hong Kong sobre a extensão da divulgação obrigatória empresarial. Trata-se de estudar a influência das variáveis: *listing status*, rendibilidade, retorno de ganhos, liquidez, alavancagem, dimensão, proporção de ações detidas por externos, firma de auditoria e tipo de negócio (conglomerados ou não), na extensão da divulgação obrigatória. A análise inclui itens recolhidos nos relatórios anuais dos anos de 1989 a 1992, de 80 empresas que fazem parte da amostra. As conclusões obtidas são que as empresas cotadas em mais do que um mercado (*listing status*) não influenciam a extensão da divulgação obrigatória, esta ao contrário, é explicada pela dimensão, rendibilidade, tipo de auditoria e tipo de negócio.



Wondershare™

PDF Editor

Também existe uma relação, apesar de menos significativa, entre os índices de divulgação obrigatória e retorno de ganhos, liquidez, alavancagem, e proporção de ações detidas por externos.

Branco e Góis (2013) com o objetivo de avaliar o nível de divulgação voluntária por parte das empresas em Portugal, bem como analisar os seus determinantes, criaram um índice de divulgação. Tal objetivo foi concretizado através da análise dos relatórios de gestão e relatórios sobre o governo das sociedades referentes ao exercício findo no ano 2010 de todas as empresas cotadas no mercado contínuo de cotações oficiais da *Euronext Lisbon* a 31 de Dezembro de 2010, com exceção das empresas do sector financeiro. Foi possível observar um valor médio do nível de divulgação de 51,45% e um valor mínimo de 24% e máximo de 72%. Para estudar os determinantes do nível de divulgação, foram analisadas determinadas características das empresas, nomeadamente o tamanho, a rentabilidade, o endividamento, a concentração de capital e o sector de atividade. Dos resultados obtidos, através da análise de inferência estatística efetuada e do modelo de regressão linear múltipla construído, concluiu-se que apenas o tamanho e o endividamento são fatores determinantes do nível de divulgação. Quanto às variáveis rentabilidade, concentração de capital e sector de atividade, não foi encontrada associação, estatisticamente significativa, entre cada uma destas variáveis e o nível de divulgação.

O estudo de Azevedo (2008) procura analisar a influência que a dimensão da empresa tem no conhecimento da IAS 41. Para o efeito, usou uma amostra de 255 empresas, com aplicação de um modelo com um fator, de forma a verificar a existência ou não de diferenças significativas no conhecimento e utilização da IAS 41 entre as diferentes classes de dimensão em que as empresas se enquadram. Os resultados obtidos, mostram que a dimensão da empresa não afeta a utilização da IAS41 e não deve ser tomada como um fator determinante no conhecimento da norma.



PDF Editor

4 Desenvolvimento do Estudo

Para responder às questões de investigação formuladas, em primeiro lugar, vamos eleger como fatores que influenciam a divulgação obrigatória relativa aos ativos biológicos, os identificados previamente pela literatura existente: dimensão da empresa, tipo de auditor, endividamento, rendibilidade, setor de atividade e peso dos ativos biológicos.

4.1 Formulação das hipóteses de estudo

Através da literatura existente, é possível obter evidências acerca das relações entre a extensão da divulgação empresarial e os seus fatores explicativos ou determinantes, bem como o seu enquadramento teórico no âmbito das diversas teorias de divulgação já apresentadas. Posto isto, apresentamos as hipóteses a considerar.

4.1.1 Dimensão da empresa (D)

A literatura existente tem encontrado uma associação entre a dimensão das empresas e o nível de divulgação (Branco e Gois, 2013; Silva, 2013; Couto, 2013; Costa, 2012; Oliveira *et al.*, 2011; Lopes e Rodrigues, 2007; Wallace e Naser, 1995; Wallace *et al.*, 1994; Cooke, 1992).

Quanto maior for a dimensão da empresa maior será a necessidade de informação por parte dos interessados internos e externos (García-meca *et al.*, 2005). A teoria da agência prevê que a empresa de maior dimensão está mais sujeita a conflitos entre os gestores e os investidores, implicando a existência de custos de agência e, para os atenuar, as empresas terão que divulgar mais informação.

De acordo com estudos de Lopes e Rodrigues (2007) e de Oliveira *et al.* (2006), que citam Watts e Zimmerman (1978), a ligação entre dimensão e divulgação pode verificar-se porque os custos políticos são maiores nas grandes empresas e estas terão tendência



wondershare™

PDF Editor

para mais altos níveis de divulgação uma vez que estes melhoram a confiança e reduzem esses custos (Oliveira *et al.*, 2006; Wallace *et al.*, 1994).

No entanto, Azevedo (2008) evidencia a inexistência de uma relação entre o conhecimento e aplicação da IAS41 com a dimensão da empresa. Também Moraes e Fialho (2008) constataram a inexistência de relação estatisticamente significativa entre o índice de divulgação e a variável dimensão.

De acordo com a maioria da evidência empírica anterior espera-se uma associação positiva entre a dimensão das empresas e o nível de cumprimento dos requisitos de divulgação sobre os ativos biológicos. Assim, definiu-se a seguinte hipótese de investigação:

H1 - O nível de cumprimento dos requisitos de divulgação dos ativos biológicos está positivamente associado com a dimensão das empresas.

4.1.2 Tipo de auditor (TA)

A evidência empírica anterior tem demonstrado que a auditoria é uma forma de reduzir os custos de agência e aumentar a credibilidade das divulgações (Ousama *et al.*, 2012). As grandes empresas de auditoria (*Big Four*) encorajam as empresas clientes a divulgarem recorrentemente mais informação, quer em volume quer em abrangência, porque pretendem preservar a sua reputação, desenvolver as suas próprias competências e garantir a fidelização dos seus clientes. Por um lado, há estudos que demonstram não existir uma forte associação entre a dimensão da firma de auditoria e a divulgação da informação (Silva, 2013; Couto, 2013; Moraes e Fialho, 2008; Wallace *et al.*, 1994). Contudo, existem estudos que têm concluído o inverso, ou seja, assumem uma relação estatisticamente significativa entre a dimensão da empresa de auditoria e a divulgação da informação (Tsalavoutas, 2011; Oliveira *et al.*, 2006; Wallace e Naser, 1995). Há mais evidências empíricas de associação positiva entre a divulgação e a empresa de auditoria,



Wondershare™

PDF Editor

assim, é expectável que as empresas da amostra auditadas por uma das *Big Four* divulguem mais informação.

Para representar a variável tipo de empresa de auditoria usa-se uma variável dicotómica, que assume o valor 1 se a empresa for uma das *Big Four* (Deloitte and Touche, KPMG, PricewaterhouseCoopers e Cap Gemini Ernst and Young) e, no caso contrário, assume o valor 0.

H2 - O nível de cumprimento dos requisitos de divulgação dos ativos biológicos está positivamente associado com o tipo de auditor.

4.1.3 Endividamento (E)

O contributo da teoria da agência é usado para explicar a relação entre endividamento e divulgação dado que, segundo diversos estudos, as empresas altamente endividadas são as que estão sujeitas a mais altos riscos e onde se torna mais premente diminuir a assimetria de informação entre acionistas e credores, ou seja, são as que suportam maiores custos de agência. Para reduzir esses custos, as empresas são estimuladas a uma maior divulgação de informação que, por sua vez, possibilitará ainda a redução dos custos de endividamento. A teoria da sinalização sugere que as empresas que apresentam níveis baixos de endividamento, constituindo tal facto um “bom sinal”, são incentivadas a divulgar mais informação sobre a sua estrutura financeira. No entanto, existe evidência empírica indicando a inexistência de associação entre divulgação e endividamento (Branco e Gois, 2013; Costa., 2013; Silva., 2013; Couto., 2013).

H3 - O nível de cumprimento dos requisitos de divulgação sobre ativos biológicos está positivamente associado com o nível de endividamento das empresas.



WonderShare™

PDF Editor

4.1.4 Rendibilidade (R)

Existe evidência empírica que suporta a hipótese de haver uma relação positiva entre a divulgação e o desempenho da empresa. A teoria da agência estabelece que a divulgação funciona como um mecanismo de controlo de gestão e os gestores são incentivados a divulgar informação para manter as suas compensações e posição. Por sua vez, em conformidade com a teoria de sinalização, as empresas mais rentáveis são provavelmente as mais estimuladas a relatar informação para se distinguirem das outras no mercado e evitar a subvalorização das suas ações. Há estudos prévios que evidenciam esta relação positiva, ou seja, quanto maior for o desempenho maior será a divulgação da informação (Wallace e Naser, 1995). Já a teoria dos custos políticos postula que as empresas mais rentáveis são mais incentivadas a divulgar mais informação, para que o mercado identifique a fonte dos seus lucros. Verrecchia (1983) refere que as empresas divulgam a partir de um certo limiar de rendibilidade e, pelo contrário não divulgam se se encontrarem abaixo desse limite. São vários os estudos que não constataam uma relação significativa entre a rendibilidade e a divulgação (Branco e Gois, 2013; Couto., 2013; Costa.,2012; Morais e Fialho., 2008).

H4 – O nível de cumprimento dos requisitos de divulgação sobre ativos biológicos está positivamente associado com o nível de rendibilidade da empresa.

4.1.5 Setor de atividade (SA)

As teorias da sinalização, da legitimidade e dos custos políticos podem explicar a relação entre divulgação e setor de atividade. As empresas que pertencem ao mesmo setor de atividade têm interesse em ter o mesmo nível de divulgação para evitar as pressões competitivas, ou seja, a reação negativa do mercado. Isto está em conformidade com o que estipulam as teorias da sinalização, da legitimidade e institucional. Empresas que pertencem ao mesmo setor de atividade têm custos políticos iguais, pelo que é admissível



Wondershare™

PDF Editor

que a divulgação não difira muito de umas para as outras. Há também a questão da divulgação estar relacionada com o setor de atividade porque a divulgação em si própria funciona como forma de legitimar a entidade. Os resultados obtidos nos estudos anteriores quanto ao comportamento desta variável vão desde uma associação positiva entre a divulgação e o setor de atividade (Figueiredo, 2012; Lopes e Rodrigues, 2008; Wallace e Naser, 1995; Cooke, 1992) até aos que não encontram qualquer relação entre as duas variáveis (Branco e Gois, 2013; Couto, 2013; Silva, 2013; Morais e Fialho, 2008, Wallace *et al.*, 1994).

H5 - O nível de cumprimento dos requisitos de divulgação sobre ativos biológicos está positivamente associado com o setor de atividade.

4.1.6 Peso dos ativos biológicos (PAB)

A quantidade de ativos biológicos que a empresa possui em relação ao ativo total também pode ser uma variável de interesse para o estudo. Al-Shammari *et al.* (2008) referem que é expectável que certas organizações possam ter tendência a cumprir mais rigorosamente certas normas se lhes forem diretamente aplicadas.

Neste sentido, espera-se que empresas que possuam um relativo elevado montante de AB tendam a divulgar uma maior quantidade de informação sobre estes, nos seus relatórios, cumprindo os requisitos exigidos na NCRF 17.

Na teoria dos custos políticos, a empresa ao assegurar que os valores contabilísticos divulgados nas suas demonstrações financeiras são credíveis, pretende aumentar a confiança na empresa e reduzir esses custos políticos (Watts & Zimmerman, 1978).

Assim sendo, é formulada a seguinte hipótese:

H6 – O nível de cumprimento dos requisitos de divulgação sobre ativos biológicos está positivamente associado com o peso dos ativos biológicos.



WonderShare™

PDF Editor

A tabela 1 que se segue sintetiza as hipóteses em estudo bem como a relação esperada com a variável índice de divulgação dos ativos biológicos.

Tabela 1 – Hipóteses em estudo

Hx	Variáveis independentes	Hipóteses em estudo	Resultado esperado
H1	Dimensão	O nível de cumprimento dos requisitos de divulgação dos ativos biológicos está positivamente associado com a dimensão das empresas.	(+)
H2	Tipo de Auditor	O nível de cumprimento dos requisitos de divulgação dos ativos biológicos está positivamente associado com o tipo de auditor.	(+)/(-)
H3	Endividamento	O nível de cumprimento dos requisitos de divulgação sobre ativos biológicos está associado com o nível de endividamento das empresas.	(+)/(-)
H4	Rendibilidade	O nível de cumprimento dos requisitos de divulgação sobre ativos biológicos está associado com o nível de rendibilidade da empresa.	(+)/(-)
H5	Setor Atividade	O nível de cumprimento dos requisitos de divulgação sobre ativos biológicos está associado com o setor de atividade.	(+)
H6	Peso Ativos Biológicos	O nível de cumprimento dos requisitos de divulgação sobre ativos biológicos está associado com o montante de ativos biológicos.	(+)

4.2 Definição da amostra

Neste estudo, tendo como principal objetivo avaliar o nível de cumprimento dos requisitos de divulgação dos ativos biológicos preconizados na NCRF17 e a identificação dos fatores/determinantes explicativos desta divulgação por parte das empresas portuguesas nos anos de 2011 a 2013, a amostra utilizada é constituída por nove empresas que detêm ativos biológicos e que divulgam os seus relatórios de contas via

internet. A seleção da amostra envolveu uma grande restrição, uma vez que, a esmagadora maioria das empresas portuguesas detentoras de ativos biológicos não divulga os seus relatórios nos respetivos *websites*.

A tabela 2 apresenta a nossa amostra distribuída por setor de atividade, sendo que 22,2% das empresas constantes da amostra pertencem ao setor agrícola, e as restantes (77,7%) a outros setores.

Tabela 2 – Amostra por setor de atividade

Atividades	Nº de Empresas	Percentagem
<u>Do setor agrícola</u>		
Produção de vinhos	1	11,1%
Atividades diversas	1	11,1%
Subtotal	2	22,2%
<u>De outros setores</u>		
Produção de pasta de papel	2	22,2%
Industria farmacêutica	1	11,1%
Compra e venda de bens imobiliários	1	11,1%
Apoio social	1	11,1%
Outros	2	22,2%
Subtotal	7	77,7%
Total da amostra	9	100%

4.3 Metodologia da pesquisa

 **wondershare**TM
Na linha das investigações anteriores, iremos alcançar os objetivos propostos através a análise de conteúdo das demonstrações financeiras, contidas no relatório e contas de empresas que detenham ativos biológicos e que divulgam esses documentos via internet.

PDF Editor

A escolha do relatório e contas como documento base da análise de conteúdo resulta da importância do seu teor narrativo. Sendo também um documento obrigatório e regulamentado, em parte, o seu conteúdo é de mais fácil comparação entre empresas.

Conforme estipulado na Portaria n.º 986/2009 de 7 de Setembro, (da I Série do Diário da República, n.º 173), os modelos das demonstrações financeiras incluem o Balanço, a Demonstração dos Resultados por Naturezas, a Demonstração dos Resultados por Funções (facultativa nos termos do n.º 3 do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 158/2009 de 13 de julho), a Demonstração dos Fluxos de Caixa, a Demonstração das Alterações do Capital Próprio e o Anexo. Este deve contemplar toda a informação exigida pelas NCRF do SNC nos parágrafos referentes à divulgação.

4.3.1 Definição do índice de divulgação dos ativos biológicos (IDAB)

À semelhança de outros estudos (Costa, 2012; Couto, 2013;), através da identificação dos itens sujeito a divulgação obrigatória, construiu-se uma grelha de cumprimento com 15 itens, baseada nos parágrafos 44 a 49 da NCRF 17. O parágrafo 50 (divulgações referentes a subsídios governamentais) embora seja referente a itens de divulgação obrigatória serão considerados não aplicados, pois em muitos casos não nos é possível afirmar que um dado subsídio considerado no balanço está efetivamente relacionado com um ativo biológico.

Esta lista (em anexo) é composta por 5 colunas, a primeira relativa ao número de itens de divulgação, a segunda corresponde à identificação dos itens de divulgação obrigatória dos ativos biológicos, e as restantes três são referentes à verificação do cumprimento do requisito e correspondem a Sim (significa que a empresa cumpre o requisito de divulgação), Não (utilizado quando a empresa não divulga o item) e Não Aplicável (usado nas empresas em que os itens não são aplicáveis em função do método de valorização escolhido).



Wondershare

PDF Editor

O nível de divulgação é uma variável dicotômica que assume “1” quando se verifica a presença de certo item e o valor “0” para a sua ausência. Adicionalmente, considerou-se “Não aplicável” (“NA”) quando o item não se aplicava à empresa. Os valores “NA” foram excluídos da análise empírica. Estes valores apenas foram utilizados para evitar o enviesamento dos dados, pois seria de alguma iniquidade atribuir o valor “0” “item não apresentado” quando, na realidade, a empresa não tem obrigação de o apresentar.

Tal como Coy e Dixon (2004) referem, a pontuação dicotômica para a construção de um índice está sujeita a um elevado nível de subjetividade. E, de facto, esta subjetividade surge evidenciada aquando da identificação da divulgação referente aos subsídios governamentais, ora acontece que, apesar de por vezes a empresa evidenciar subsídio governamentais no balanço, não especifica se existe alguma relação deste com um ativo biológico, sendo que, nesta situação será francamente subjetivo deduzir que estamos perante uma ausência de um item de divulgação obrigatória. Por essa razão, e perante a expressão desse problema na nossa amostra, os itens referentes a subsídios governamentais (§50) serão considerados não aplicáveis.

Podemos afirmar que o ID é um índice não ponderado, que de acordo com Branco e Góis (2013: 10) assume que todos os itens têm o mesmo nível de importância para os destinatários da informação divulgada, sendo atribuída a todos a mesma pontuação. Utilizar fatores de ponderação neste ID implicaria efetuar um estudo prévio acerca da importância atribuída a cada um dos itens pelos diversos utilizadores da informação e, ainda assim, os resultados estariam sempre sujeitos a um certo grau de subjetividade.

Para o cálculo do índice de cumprimento para cada observação, atendeu-se à seguinte

fórmula:

 **wondershare**TM

$$\text{Índice de Divulgação} = \frac{\sum \text{valores "1"}}{\text{Total de itens aplicados}}$$

PDF Editor

Este índice constitui a variável dependente deste estudo e irá dar resposta a uma das questões de investigação.

4.3.2 Definição dos fatores explicativos da divulgação

Em consideração à segunda questão de investigação, os fatores potencialmente explicativos do nível de divulgação são a dimensão, tipo de auditor, endividamento, rendibilidade, setor de atividade e peso dos ativos biológicos. Em suma, a tabela 3 apresenta as variáveis independentes ou explicativas usadas no nosso modelo de análise, as respetivas *proxies* e o sinal expectável da relação de cada uma delas com a variável índice de divulgação (variável dependente).

Tabela 3 – Variáveis explicativas, sinal expectável e respetivas *proxies*

Variáveis Independentes	Relação expectável	Representação das variáveis
Dimensão	Positiva	Total do Ativo (€)
Tipo de Auditor	?	Variável <i>dummy</i> = 1 se a firma de auditoria é uma das BIG4; caso contrário é zero
Endividamento	?	Rácio do passivo sobre o capital próprio
Rendibilidade	?	Rendibilidade = Resultado antes de imposto sobre os ativos
Setor de Atividade	Positiva	Variável <i>dummy</i> = 1 se a empresa é do setor agrícola; caso contrário é zero
Peso Ativos Biológicos	Positiva	Rácio dos ativos biológicos sobre o ativo total



wondershareTM

PDF Editor

4.3.3 Modelo de regressão

O modelo de estimação irá testar se os fatores determinantes afetaram o nível de cumprimento dos requisitos de divulgação sobre ativos biológicos exigidos pela NCRF 17:

$$IDAB_{jt} = \alpha_0 + \beta_1 Dimensão_{jt} + \beta_2 Tipo\ de\ Auditor_{jt} + \beta_3 Endividamento_{jt} + \beta_4 Rendibilidade_{jt} + \beta_5 Setor\ de\ Atividade_{jt} + \beta_6 Peso\ dos\ AB_{jt} + \mu_{it}$$

onde $t = 2011, 2012, 2013$ e $j = 1, 2, \dots, n=26$

4.4 Métodos de estimação

Para efetuar a estimação dos modelos iremos recorrer a dados em painel. Uma das vantagens de estimação através dos dados em painel é a relevação da heterogeneidade individual. O termo "dados em painel" é vulgarmente utilizado para designar bases de dados constituídas por variáveis que integram observações com uma dimensão seccional e temporal, o que permitirá a utilização de um maior número de observações, aumentando o número de graus de liberdade. Os dados em painel providenciam uma maior quantidade de informação, maior variabilidade dos dados, menor colinearidade entre as variáveis, maior número de graus de liberdade e maior eficiência na estimação (Marques, 2000).

No entanto, os dados em painel também apresentam algumas desvantagens como o enviesamento que resulta da heterogeneidade e da representatividade dos indivíduos da amostra, em relação à população total.

Nos modelos em painel podemos considerar três casos particulares: a "pooled regression", o modelo de efeitos fixos e o modelo de efeitos aleatórios.

Os modelos *pooling* partem do pressuposto de que todas as empresas apresentam o mesmo valor para a constante do modelo, isto é, estabelecem que os parâmetros



WonderShare™

PDF Editor

permanecem constantes para diferentes indivíduos e ao longo do tempo. O modelo é estimado pela aplicação do método dos mínimos quadrados ordinários (ou *Ordinary Least Squares – OLS*) uma vez que se cumprem as hipóteses clássicas do modelo de regressão linear, pelo que é conhecido como *pooled OLS*. No entanto, ao não dar conta da heterogeneidade eventualmente existente, o modelo padece de um erro de especificação e os enviesamentos serão grandes. Por ignorar a existência de heterogeneidade nos dados, a aplicação de *OLS* em *pool* não é verdadeiramente um método de estimação em painel. Torna-se então apropriada a utilização de modelos alternativos que tenham em conta os efeitos individuais não observáveis, como por exemplo a utilização do modelo de efeitos fixos.

No modelo dos efeitos fixos, os coeficientes podem variar de indivíduo para indivíduo ou no tempo, ainda que permaneçam como constantes fixas, logo, não aleatórias. A sua estimação é efetuada pelo método *LSDV (Least Squares Dummy Variable)*, que se funda na utilização do método dos mínimos quadrados (*OLS*) para a estimação dos parâmetros, em que é estabelecido que a constante é específica a cada indivíduo e é definida uma variável *dummy* para cada empresa. O método *LSDV*, na prática, elimina todos os efeitos que não variam com o tempo (como o sexo, religião, etc) e obriga a uma grande perda de graus de liberdade. Apesar de tudo, os estimadores *LSDV* (ou *intra-grupo*) resultantes são *BLUE (Best Linear Unbiased Estimator)*, isto é, na classe dos estimadores lineares não enviesados, são os melhores, porque gozam de variância mínima, desde que as perturbações sigam as hipóteses clássicas e, com $N \rightarrow \infty$ e $T \rightarrow \infty$, consistentes.

Da aplicação do método *LSDV*, resultam os chamados estimadores “*intra-grupo*” ou *within*, visto que obedecem à diferença entre grupos e empresas.

Neste tipo de modelo, quando a base de dados é composta por muitas unidades *cross-section*, que exige muitas variáveis *dummy*, conseqüentemente há uma redução significativa dos graus de liberdade, e portanto este facto apresenta-se como uma desvantagem.



PDF Editor

No caso de o estudo ter por base uma amostra que, por vários motivos, foi selecionada aleatoriamente, ou seja, não representa a população total da amostra, será mais oportuno usar um modelo de efeitos aleatórios. O modelo de efeitos aleatórios pressupõe que o comportamento específico dos indivíduos e períodos de tempo é desconhecido, não podendo ser observado, nem medido: é parte da nossa “ignorância geral”. Assim, em amostras longitudinais de grande dimensão, pode-se sempre representar estes efeitos individuais ou temporais específicos sob a forma de uma variável aleatória normal. Este modelo considera o efeito fixo individual como aleatoriamente distribuído, e portanto não sistemático e logo não estimável. Ao contrário do modelo de efeitos fixos, a heterogeneidade não é induzida através do termo independente, mas sim através da variância da variável endógena. Na estimação por *OLS*, o modelo com efeitos aleatórios, ainda que permaneça centrada, consistente e assintoticamente normal, não é já eficiente. O mesmo pode ser afirmado em relação ao *LSDV*: permanece centrado, consistente, mas já não será eficiente. Logo terá de recorrer ao estimador dos mínimos quadrados generalizados ou *GLS (Generalised Least Squares)*. Este modelo resulta da média ponderada de dois estimadores: o estimador *LSDV* ou Intra-Grupo (*Within*) e o estimador Inter-Grupo (*Between*) que mais não é que a aplicação de *OLS* ao modelo expresso em termos de médias temporais para cada indivíduo. (Marques, 2000)



PDF Editor

5 Análise de Resultados

Os resultados apresentados neste capítulo foram obtidos e confirmados através da utilização de um programa de análise econométrica, o *GRET*L (*Gnu Regression, Econometrics and Time-series Library*).

5.1 Análise descritiva das variáveis

No tabela 4, que se segue, apresentamos a estatística descritiva para as diferentes variáveis independentes e dependente.

Tabela 4 – Análise descritiva dos dados

	IDAB	D	E	R	PAB	A	SA
Mensuração	Índice	Milhões€	Rácio	Rácio	Rácio	Dummy	Dummy
N	26	26	26	26	26	(=0) 18 (=1) 8	(=0) 20 (=1) 6
Média	0,44	886,55	0,89	0,04	0,05		
Desvio Padrão	0,17	1408,90	0,87	0,04	0,07		
Mediana	0,43	103,86	0,68	0,03	0,03		
Máximo	0,77	4343,61	2,74	0,12	0,23		
Mínimo	0,14	27,58	0,07	0	0		
Enviesamento (Skewness)	0,14	1,57	0,98	0,93	1,50		
Custose (Kurtosis)	0,23	1,39	-0,22	0,25	1,24		

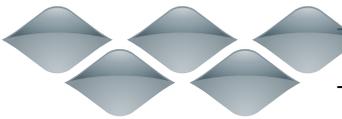
De uma forma geral, à exceção da variável índice de divulgação, todas as outras assumem valores de média e mediana inequivocamente diferentes, o que indicia que as distribuições possam ser assimétricas.

Analisando o valor do enviesamento constatamos que as variáveis dimensão, endividamento, rendibilidade e peso dos ativos biológicos são bastante assimétricas, uma vez que os coeficientes de assimetria tomam valores superiores a zero. Relativamente à variável dependente índice de divulgação, conclui-se que a distribuição é ligeiramente assimétrica, pois o valor do enviesamento é próximo de zero.

Outra característica da forma da distribuição é fornecida pelo achatamento ou custose, o qual através da comparação com uma distribuição normal, para um dado desvio padrão, indica a intensidade das frequências à volta de um ponto central. Segundo Maroco (2003), para que uma distribuição se possa assumir como normal, os valores dos coeficientes descritos devem ser próximos de zero, isto é, dentro de um intervalo de $]-0.5; 0.5[$. Sempre que os valores absolutos destes coeficientes sejam superiores a 1, pode assumir-se que a distribuição dos dados em causa não é do tipo normal, o que será o caso da variável dimensão e peso dos ativos biológicos. Já as restantes variáveis, por apresentarem um valor diferente de zero, serão analisadas na tabela 5 do ponto seguinte.

O índice de divulgação dos ativos biológicos apresenta um valor médio de 44%, significando que as empresas contidas na amostra cumprem em 44% com os requisitos obrigatórios de divulgação dos ativos biológicos. A empresa que mais divulga pertence ao setor agrícola e atinge um nível de 77%. Trata-se da empresa Companhia das Lezírias..

Samaha e Stapleton (2008:51) apresentam uma classificação de quatro níveis de conformidade com os requisitos das IAS:

- 
- Elevado grau de adesão: O índice de cumprimento é maior que 80%;
 - Grau intermédio de adesão: O índice situa-se entre 60% e 79%;
 - Baixa adesão: Valores entre 40% e 59%;
 - Muito abaixo: Índice de divulgação inferior a 40%.

Pela tabela 5, e à luz de Samaha e Stapleton (2008), podemos constatar que 65,38% das observações apresentam um nível de divulgação num intervalo 40% a 59%, seguido de 23,08% das observações que apresentam um nível de divulgação inferior a 40%. Podemos ainda aferir, que apenas 3 observações (onde se inserem as 2 únicas empresas do setor agrícola presentes na amostra) evidenciam um índice no intervalo de 60% a 80%, e nenhuma observação regista cumprimento acima de 80 pontos percentuais.

Tabela 5 – Distribuição do grau de cumprimento

Intervalos	N	%
<40	6	23,08%
[40,59[17	65,38%
[60,80[3	11,54%
>80	0	0

Relativamente às variáveis independentes podemos constatar que:

- A variável dimensão apresenta um valor médio de 886,55 milhões de euros, embora com uma variação bastante elevada que ascende a 4316 milhões de euros. Também a grande diferença entre a média e mediana, e o valor de *skewness* bastante superior a zero, evidencia a distribuição mais assimétrica da amostra, fruto da variabilidade inerente dos elementos da população.

-O endividamento, varia entre 0,07 e 2,74, sendo em média, cerca de 89%, significando que em média o valor do financiamento alheio corresponde a 89% dos capitais próprios das empresas da nossa amostra.



wondershare™

PDF Editor

-A rendibilidade, representada pelo rácio Resultados antes de impostos sobre o ativo total varia entre 0 e 0,12 e a média é de 4%.

- O valor médio da variável peso dos ativos biológicos é cerca de 0,06, com um valor máximo de 0,23 e, mínimo de 0 que representa observações onde apesar de existir ativos biológicos, estes não possuem expressão face ao ativo total.

- Das empresas da nossa amostra, apenas 22% pertencem ao setor agrícola e aproximadamente 31% tem as suas contas auditadas por uma *BIG 4*.

5.2 Análise estatística da normalidade

Mediante alguns resultados inconclusivos dos coeficientes de *kurtosis*, na tabela 6 apresentamos teste de *kolmogorov-Smirnov* e de *Shapiro-Wilk* que permite averiguar se as variáveis seguem uma distribuição normal.

Tabela 6 – Análise da normalidade

Variáveis	Kolmogorov-Smirnov			Shapiro-Wilk		
	Estatística	df	Sig.	Estatística	df	Sig.
Índice de divulgação	0,223	26	0,001	0,900	26	0,016
Dimensão	0,325	26	0,000	0,649	26	0,000
Endividamento	0,225	26	0,002	0,824	26	0,000
Rendibilidade	0,141	26	0,194	0,898	26	0,014
Peso dos AB	0,211	26	0,004	0,781	26	0,000

Os resultados da tabela 6 evidenciam que, todas as variáveis à exceção da rendibilidade, não apresentam uma distribuição normal ($p\text{-value} < 0,05$). No que concerne à variável independente rendibilidade os resultados são inconclusivos. Segundo o teste de *Kolmogorov-smirnov* é possível inferir pela normalidade de distribuição da variável



WonderShare™

PDF Editor

rendibilidade ($p\text{-value} > 0,05$), no entanto, a conclusão é contrária seguindo o teste de Shapiro-wilk que apresenta um nível de significância de 0,014 e sugere a não normalidade da distribuição.

5.3 Análise da correlação

Na tabela 7, que se segue, apresentamos a matriz de correlação para as variáveis do nosso modelo. As medidas de correlação apresentadas para as variáveis são o coeficiente de correlação de *Pearson* (valores acima da diagonal) e o coeficiente de correlação de *Spearman* (valores abaixo da diagonal).

O coeficiente de correlação de *Pearson* é uma medida de associação linear entre variáveis e poderá apresentar valores entre -1 e 1, quanto mais próximo estiver dos valores extremos tanto maior é a associação linear negativa e positiva respectivamente das variáveis. Bryman e Cramer (1993), apresentam o seguinte critério para a leitura dos resultados obtidos: valores abaixo de 0,19 a correlação é fraca; de 0,20 a 0,39 é baixa; entre 0,40 e 0,69 é moderada; de 0,70 a 0,89 é alta e valores de 0,90 a 1 a correlação é muito alta.

O coeficiente de correlação de *Spearman* utiliza os valores de ordem das observações em vez do seu valor observado. Deste modo, este coeficiente não é sensível a assimetrias na distribuição, nem à presença de *outliers*, não exigindo que os dados provenham de duas populações normais.



PDF Editor

Tabela 7 – Matriz de correlação

	IDAB	D	TA	E	R	SA	PAB
Índice	1,000	-0,303	-0,204	-0,330	-0,743**	0,545**	0,222
Dimensão	-0,555**	1,000	0,722**	0,712**	0,237	-0,302	-0,227
Tipo Auditor	-0,325	0,700**	1,000	0,396*	0,220	0,159	-0,284
Endividamento	-0,475*	0,620**	0,511**	1,000	0,165	-0,348	-0,529**
Rendibilidade	-0,706**	0,373	0,361	0,451*	1,000	-0,331	-0,341
Setor Atividade	0,493*	-0,183	0,228	-0,219	-0,195	1,000	0,198
Peso dos A.B.	0,215	0,073	0,067	-0,602**	-0,285	0,317	1,000

Nota: ** Correlação estatisticamente significativa ao nível de 1%.

* Correlação estatisticamente significativa ao nível de 5%.

Coefficientes de *Pearson* (acima da diagonal) e Coeficientes *Spearman* (abaixo da diagonal).

Através desta análise, é possível constatar a existência de diversas correlações estatisticamente significativas entre as variáveis explicativas do modelo. As correlações mostram que todas as variáveis independentes tem uma relação com o índice de divulgação, embora que, maioritariamente negativa.

A variável setor de atividade e peso dos ativos biológicos apresentam uma relação positiva com a variável dependente, no entanto, a variável dimensão, tipo de auditor, endividamento e rendibilidade apresentam uma relação negativa com o índice de divulgação.

Posto isto, interessa avaliar a significância dessas relações. Os resultados indicam a existência de uma correlação significativa entre a variável dependente e a dimensão, endividamento, rendibilidade e setor de atividade. A variável tipo de auditor, e peso dos



wondershare™

PDF Editor

ativos biológicos, pelo contrário, não estão correlacionadas significativamente com o índice de divulgação.

Entre as variáveis dependentes, as maiores correlações existentes (ao nível de 1%), são constatadas entre as variáveis:

- Tipo de auditor e dimensão;
- Endividamento e dimensão;
- Endividamento e peso dos ativos biológicos;
- Endividamento e tipo de auditor.

5.4 Análise de Regressão

De forma a proceder a uma análise respeitante à robustez dos resultados, serão efetuados testes relativos à existência de heterocedasticidade, multicolinearidade e autocorrelação, entre outros.

Para aferir se o modelo pooled é apropriado, procedemos ao teste F, que apresenta um valor de 8,997372 com um p-value $<0,05$, indicando que a hipótese do modelo OLS ser apropriado é inválida e valida a existência de efeitos fixos.

Também a realização do teste de Breusch-Pagan que compara efeitos aleatórios com pooled OLS, confirma que se invalida a hipótese da existência de efeitos aleatórios, pois o p-value assume um valor bastante superior a 0,05.

Como forma de identificar a deteção da multicolinearidade, utilizou-se o teste dos fatores de inflação da variância (VIF). Os valores ficaram entre o mínimo de 1,359 e o máximo de 6,531, o que valida a regressão, uma vez que todos os valores se encontram abaixo do valor 10. Não existem problemas de colinearidade nas variáveis deste modelo, ou seja, não estamos na presença de multicolinearidade.



Importa agora analisar a homocedasticidade e, para isso, adequa-se ao estudo a utilização do teste White, utilizado para detetar a presença da heterocedasticidade no modelo. Uma vez que o modelo apresenta *p-value* de 0,182284, isto é, assume um valor superior a 0,05, os dados são classificados como homocedásticos, considerando-se a variância do erro constante.

Como forma de testar a normalidade dos resíduos, efetuou-se o gráfico correspondente. Podemos retirar que, como o *p-value* assume um valor superior a 0,05, existe uma forte probabilidade de o modelo seguir uma distribuição normal.

Na tabela seguinte (tabela 8) apresentamos os resultados obtidos segundo o modelo dos efeitos fixos.

Tabela 8 – Resultados do modelo de regressão

	Coefficientes	Erro padrão	Rácio t	p-value	VIF
Contante	0,3561	0,0844	4,221	0,0014***	
Dimensão	-0,0272	0,0000	-2,276	0,0439**	6,531
Tipo de Auditor	0,2269	0,1253	1,811	0,0975*	4,187
Endividamento	0,0673	0,0526	1,280	0,2268	3,516
Rendibilidade	-0,2029	0,8521	-0,2381	0,8162	1,359
Setor	0,1119	0,0577	1,940	0,0785*	2,028
Peso A.B.	1,2077	0,6012	2,009	0,0698*	2,021
R ²	0,9340				
R ² Ajustado	0,9065				
F (8, 11)	3,7860			0,0224	
Durbin-Watson	1,7752				
Nº observações	26				



O modelo assume um coeficiente de determinação ajustado de 0,906493, evidenciando que o poder explicativo das variáveis independentes na variação dos ativos biológicos é de 90,65%. Através do teste de F, podemos afirmar que o modelo é válido e estatisticamente significativo, um vez que assume o valor de $F=3,786$ e um $p\text{-value} < 0,05$, aceitamos portanto, a hipótese de que existem variáveis que assumem valores diferentes de zero. Em suma, conclui-se que as variáveis incluídas no modelo explicam de forma satisfatória as variações ocorridas na variável índice de divulgação.

No entanto, será prudente averiguar se a inclusão de todas as variáveis otimiza o modelo de regressão linear. Dentre os mais conhecidos métodos de seleção de variáveis, foi escolhido para aplicação neste estudo, o método *stepwise*. Hair (2005) descreve o *stepwise* como um método de seleção no qual as variáveis são selecionadas para entrar no modelo com base na sua contribuição incremental sobre as variáveis já presentes no modelo. O processo de estimação via *stepwise* tem basicamente duas etapas: a inclusão e eliminação de variáveis. Inicialmente o modelo é testado com todas as variáveis, são avaliadas a estatísticas F que refletem a contribuição que a variável traria para o modelo se fosse usada. Em seguida, as variáveis são eliminadas uma a uma da regressão, até que todas as variáveis remanescentes tenham estatística F superior a um dado limite de corte ($p\text{-value} < 0,1$).

Após a utilização do método *stepwise*, foi possível constatar que a variável rendibilidade além de não ser estatisticamente significativa reduz a significância das demais variáveis. Assim excluímos a variável rendibilidade e obtivemos resultados bastante mais satisfatórios e evidentes.

Na tabela seguinte (tabela 9) apresentamos os melhores resultados segundo o modelo dos efeitos fixos.



PDF Editor

Tabela 9 – Resultados do modelo de regressão (Sem a variável rendibilidade)

	Coefficientes	Erro padrão	Rácio t	p-value	VIF
Contante	0,3381	0,0353	9,570	0,0000***	
Dimensão	-0,0128	0,0000	-3,885	0,0022***	6,524
Tipo de Auditor	0,2475	0,0871	2,843	0,0148**	4,100
Endividamento	0,0761	0,0359	2,121	0,0554*	3,402
Setor	0,1076	0,0527	2,043	0,0636*	1,826
Peso A.B.	1,3223	0,3462	3,819	0,0024***	1,875
R ²	0,934				
R ² Ajustado	0,906				
F (8, 11)	11,25			0,0002	
Durbin-Watson	1,794				
Nº observações	26				

Com a exclusão da variável rendibilidade, o valor do coeficiente de determinação ajustado permaneceu praticamente inalterado, o que comprova que a variável rendibilidade não contribuí significativamente para o modelo. Mais uma vez, através do teste de F, podemos afirmar que o modelo é válido e estatisticamente significativo, uma vez que assume o valor de $F=11,25$ e um $p\text{-value}=0,0002$, um valor bastante inferior ao obtido no modelo anterior. Aceitamos portanto, a hipótese de que existem variáveis que assumem valores diferentes de zero.

Os resultados da tabela IX mostram uma associação negativa, estatisticamente significativa ao nível de 1%, entre a dimensão da empresa e o nível de divulgação dos ativos biológicos. Particularmente pelo estudo de Azevedo (2008) seria expectável que não houvesse uma relação significativa, no entanto não seria de esperar uma associação negativa tão evidente entre as duas variáveis. A hipótese 1 é rejeitada. Tal constatação justifica-se pelo facto de existir uma relação negativa entre a dimensão e duas variáveis



WonderShare™

PDF Editor

com significância estatística positiva, sendo elas o setor de atividade e o peso dos ativos biológicos.

A variável tipo de auditor é estatisticamente significativa ao nível de 5%, apresentando sinal positivo, tal como esperado. Ou seja, os resultados validam a hipótese 2. Outros estudos prévios constataam a existência de uma relação estatisticamente significativa entre a dimensão da empresa de auditoria e a divulgação da informação (Tsalavoutas, 2011; Oliveira *et al.*, 2011; Lopes e Rodrigues, 2007; Wallace e Naser, 1995). Esta associação resulta do encorajamento dado pelas *BIG 4* aos seus clientes para boas práticas de divulgação.

Os resultados dos testes levam à aceitação da hipótese 3, ou seja, há uma relação estatisticamente significativa ao nível de 10% entre o endividamento e o nível de divulgação dos ativos biológicos. Esta afirmação está em sintonia com os resultados obtidos por Branco e Góis (2013). O contributo da teoria da agência é usado para explicar a relação entre endividamento e divulgação dado que, segundo diversos estudos, as empresas altamente endividadas são as que estão sujeitas a mais altos riscos e onde se torna mais premente diminuir a assimetria de informação entre acionistas e credores.

A rendibilidade não se relaciona com o índice de divulgação, o que nos leva à rejeição da hipótese 4. A inexistência de relação é consistente com diversos estudos (Branco e Gois, 2013; Couto, 2013; Costa, 2012; Morais e Fialho, 2008), o que poderá dever-se ao que defende Verrecchia (1938), este refere que as empresas divulgam a partir de um certo limiar de rendibilidade e, pelo contrário não divulgam se se encontrarem abaixo desse limite.

O setor de atividade, como seria de esperar, apresenta uma relação positiva estatisticamente significativa ao nível de 10% com a variável dependente. Esta relação poderá ser explicada pela teoria da sinalização, da legitimidade e dos custos políticos.

Empresas do mesmo setor têm custos políticos iguais, e interesse em ter níveis de



Wondershare PDF Editor

PDF Editor

divulgação semelhantes para evitar tanto custos políticos como reações negativas do mercado. Segundo os resultados, uma empresa do setor agrícola terá maior propensão para divulgar informação preconizada pela norma que prescreve precisamente o tratamento contabilístico dado às atividades agrícolas. Outros estudos (Figueiredo, 2012; Lopes e Rodrigues, 2007; Wallace e Naser, 1995; Cooke, 1992) obtiveram a mesma conclusão, embora relativamente a outros setores. Aceita-se portanto a Hipótese 5.

Por fim, confirma-se a existência de uma relação positiva estatisticamente significativa (p-value <0.01) muito forte entre o peso dos ativos biológicos e o índice de divulgação. O uso desta variável mostrou-se bastante pertinente, e permite aferir qual a importância relativa do ativo biológico em relação ao ativo total. Quer com isto dizer que, em consonância com Al-Shammari *et al.* (2008) e Costa (2012), uma empresa que detenha uma quantidade significativa de ativos biológicos tendencialmente dará maior importância e relevo às divulgações obrigatórias referente a estes.

Resumidamente, na tabela 10, é possível constatar a aceitação/rejeição das hipóteses inicialmente formuladas.

Tabela 10 – Resultados das hipóteses

Hx	Variáveis independentes	Sinal da Relação	Nível de Significância	Resultados das Hipóteses
H1	Dimensão	(-)	1%	Rejeita-se H1
H2	Tipo Auditor	+	5%	Aceita-se H2
H3	Endividamento	+	10%	Aceita-se H3
H4	Rendibilidade	(-)		Rejeita-se H4
H5	Setor Atividade	+	10%	Aceita-se H5
H6	Montante Ativos Biológicos	+	1%	Aceita-se H6



Wondershare™

PDF Editor

6 Conclusão

O presente estudo tem como objetivo avaliar o nível do cumprimento dos requisitos de divulgação dos ativos biológicos preconizados pela NCRF17 – Agricultura, assim como identificar os fatores que o influenciam. Para tal, foi conduzida uma análise de conteúdo aos relatórios e contas de 9 empresas Portuguesas que detêm ativos biológicos e que divulgam os referidos relatórios via internet, para os anos de 2011, 2012 e 2013. Essa análise permitiu a construção de um índice de divulgação dos ativos biológicos com 15 itens, nos quais se incluem todas as exigências de divulgação constantes da NCRF 17 à exceção das divulgações referentes a subsídios governamentais (§50).

O índice permitiu verificar que as empresas em análise apresentam um grau de cumprimento dos requisitos de divulgação considerado baixo (aproximadamente 44%). No período analisado, constatou-se uma ligeira evolução positiva no grau de cumprimento de 7,5% entre 2012 e 2013, passando de 42% para 45%.

No que respeita ao segundo objetivo enunciado, a escolha das hipóteses formuladas atende à revisão da literatura e aos argumentos invocados pelas diversas teorias explicativas da divulgação. Assim, foram testadas seis hipóteses, nomeadamente a dimensão da empresa, o tipo de auditor, o endividamento, a rentabilidade, o setor de atividade e o peso dos ativos biológicos. Os resultados do modelo revelam que as variáveis tipo de auditor, endividamento, setor de atividade e peso dos ativos biológicos apresentam uma influência positiva e estatisticamente significativa sobre o índice de divulgação dos ativos biológicos. A dimensão, pelo contrário, influencia negativamente e significativamente o índice de divulgação, representando uma surpresa. A variável rentabilidade não apresenta qualquer relação significativa com o referido índice de divulgação, ou seja, não constitui um fator explicativo da divulgação dos ativos biológicos.

Conforme já mencionamos, o índice de divulgação obtido é um valor relativamente baixo, uma vez que, os itens considerados possuem um cariz obrigatório. Tal facto poderá estar relacionado com a falta de preparação e conhecimento por parte das empresas e



wondershare™

PDF Editor

contabilistas em relação ao tratamento contabilístico dado aos ativos biológicos. As duas empresas do setor agrícola presentes na amostra apresentam um índice de divulgação médio de aproximadamente 62%, ou seja, apresentam um grau de divulgação intermédio e um pouco mais satisfatório.

As conclusões retiradas devem, contudo, serem interpretadas atendendo às limitações inerentes a esta investigação. A principal limitação decorre da utilização de uma amostra de reduzida dimensão, a qual deriva da escolha do canal de divulgação, ou seja, respetivos web-sites. Apesar do estudo abranger todos os setores, seria desejável que houvesse uma maior representação do setor agrícola na nossa amostra. No entanto, as empresas do setor agrícola raramente divulgam os seus relatórios e contas via internet, até porque na maioria das vezes, não se tratam de sociedades de capital aberto. Outra limitação relaciona-se com a subjetividade inerente ao uso manual da análise de conteúdo, técnica metodológica que possibilitou a construção do índice de divulgação a partir da leitura e posterior codificação. Por fim, outra limitação poderá estar na existência de outros fatores explicativos com maior significância.

Este estudo constitui um trabalho de investigação pioneiro no sentido da compreensão do fenómeno de divulgação obrigatória dos ativos biológico em Portugal, uma vez que, nenhum outro estudo se debruça sobre a divulgação dos ativos biológicos através da metodologia utilizada. Assim, esta dissertação além de contribuir para uma melhor compreensão da mecânica da NCRF 17 e das suas características mais controversas, apresenta um importante contributo para uma melhor compreensão teórica e empírica do processo de divulgação. Seria desejável que as três limitações supra referidas constituíssem oportunidades de investigação futura.



PDF Editor

7 Referências Bibliográficas

Abeyssekera, Indra e James Guthrie (2005), An Empirical investigation of annual reporting trends of intellectual capital in Sri Lanka, *Critical Perspectives on accounting* 16(3), 151-163.

Almeida, S. G. M. d. (2011). *O impacto da adoção do SNC no setor da olivicultura*. Dissertação de Mestrado em Contabilidade Ramo Fiscalidade, Universidade de Aveiro, Repositório Institucional da Universidade de Aveiro. Retrieved from <http://hdl.handle.net/10773/9702>

Al-Shammari, B., Brown, P., & Tarca, A. (2008). An investigation of compliance with International Accounting Standards by listed companies in the Gulf Co- Operation Council member states. *The International Journal of Accounting*, 43, 425-447.

Argilés J.M. & Blandón G. J. & Monllau (2009) Fair Value And Historic Cost Accounting of Biological Assets. VIII Jornadas de Contabilidad Financiera. Barcelona.Espanha

Azevedo, G. (2008). Influência da dimensão da empresa no conhecimento da IAS 41, disponível em <https://ria.ua.pt/bitstream/10773/6521/1/Revista%20de%20Contabilidade%20e%20Finan%C3%A7as%20-%20Influ%C3%Aancia%20da%20Dimens%C3%A3o%20da%20Empresa%20no%20Conhecimento%20da%20IAS%2041.pdf>

Barlev, B.; J. R. Haddad, 2003: "Fair Value Accounting and the Management of the Firm", *Critical Perspectives on Accounting* 4, Vol 14, (May), 383-415.

Barth, M. E., 1994: "Fair Value Accounting: Evidence from Investment Securities and Market Valuation of Banks", *The Accounting Review* 69 (January), 1-25.

BOTOSAN, Christine. Disclosure level and cost of equity capital. *The Accounting Review*, v. 72, p. 323-349, 1997.

Branco, L. P. S., Góis, C. G. (2013). Relato Financeiro – a importância e os determinantes da divulgação voluntária. Análise da divulgação voluntária nas empresas em Portugal.

Bryman, A. & Cramer, D. (1993). *Análise de dados em ciências sociais. Introdução às técnicas utilizando o SPSS* (2ªed.). Oeiras. Celta Editora.



PDF Editor

Carqueja, H., 1995 : “Pequenos...Grandes Problemas? Valor Justo... o que é? ”, *Jornal do Técnico de Contas e da Empresa* 35 (Março), 70-71.

Cooke, T. E. (1992). The Impact of Size, Stock Market Listing and Industry Type on Disclosure in the Annual Reports of Japanese Listed Corporations. [Article]. *Accounting & Business Research (Wolters Kluwer UK)*, 22(87), 229-237.

Cooke, T. E. (1989). Disclosure In The Corporate Annual Reports Of Swedish Companies. *Accounting and Business Research*, 19(74), 113-124.

Coy, D., & Dixton, K. (2004). The public accounting index: crafting a parametric disclosure index for annual reports. *The British Accounting Review*, 36, 79-106

Couto, M. (2013). Cumprimento dos requisitos de divulgação dos ativos intangíveis. Dissertação de Mestrado em Contabilidade Ramo Fiscalidade, Universidade de Aveiro. Retrieved from <http://www.rcaap.pt/detail.jsp?locale=pt&id=oai:ria.ua.pt:10773/12127>

Costa, F. J. F. (2012) A divulgação dos ativos fixos tangíveis segundo a IAS 16 e o seu grau de cumprimento: uma análise exploratória. Tese de mestrado em Contabilidade. Universidade do Minho. Retrieved from <http://hdl.handle.net/1822/19583>

DEMARIA, S.; DUFOUR, D. First time adoption of IFRS, Fair value option, Conservatism: Evidences from French listed companies. 2008.

Eccher, E. A.; K. Ramesh; S. R., Thiagarajan, 1996, “Fair Value Disclosures by Bank Holding Companies”, *Journal of Accounting and Economics*, 22 (August/December), 79-117.

Figueiredo, S. M. G. d. (2012). *A Evolução da divulgação de informação sobre os benefícios dos empregados: o caso das empresas do PSI 20 nos anos de 2007 a 2009*. Mestrado em Contabilidade, Universidade de Lisboa, Repositório Científico do Instituto Politécnico de Lisboa. Retrieved from <http://hdl.handle.net/10400.21/2588>

HAIR, J. F. *Análise multivariada de dados*. Porto Alegre: Bookman, 2005. 593 p.

Healy, P. M.; Palepu, K. G. *The effect of Firms' Financial Disclosure Strategies on Stock Prices*. *Accounting Horizons*, Vol 7, n.1. Mar -1993.



PDF Editor

HEALY, Paul M; WAHLEN, James M. A review of the earnings management literature and its implications for standard setting. *Accounting Horizons*, December 1999.

Ferreira, Rogério Fernandes (1998). "O justo (!) valor", *Revisores & Empresas* Abril/Junho. Pp22 a 24.

Ferreira, R. F., 1999: *O Justo Valor em Gestão, Contabilidade e Fiscalidade*, Coleção Biblioteca de Gestão, 2ª Edição, Notícias Editorial, 87-90.

Galbreath, J. (2005). Which resources matter the most to firm success? An exploratory study of resource-based theory. *Technovation*, vol.25, p.979-987

García-meca, E., Parra, I., Larrán, M., & Martínez, I. (2005). The explanatory factors of intellectual capital disclosure to financial analysts. *European Accounting Review*, 14(1), 63-94.

GRAY, R., KOUHY, R.; LAVERS, S. Corporate social and environmental reporting: a review of the literature and a longitudinal study of UK disclosures. *Accounting, Auditing and Accountability Journal*. v. 8, n. 2, p. 47-77, 1995. doi:10.1108/09513579510146996

Guthrie, J., Petty, R., Yongvanich, K., & Ricceri, F. (2004). Using content analysis as a research method to inquire into intellectual capital reporting. *Journal of intellectual capital*, 5(2), 282-293.

Hague, I. P. N., 2000: "Fair Value, full information", *CA Magazine* 133 (Jun/Jul), 34-35.

Verrecchia, R. E. (2001). Essays on disclosure. *Journal of Accounting and Economics*, 32, 97-180.

Jensen, M. C., & Meckling, W. H. (1976). Theory of the firm: Managerial behavior, agency costs, and ownership structure. *Journal of Financial Economics*, 3, 305- 360.

Khelifi, F., & Bouri, A. (2010). Corporate Disclosure and Firm Characteristics: A Puzzling Relationship. [Article]. *Journal of Accounting, Business & Management*, 17(1), 62-89.~

Li, J., Pike, R. & Haniffa, R. (2007), "Intellectual Capital Disclosures in Knowledge Rich Firms: The Impact of Market and Corporate Governance Factors", Working Paper Series, Nº 7, Bradford University School of Management.

Lopes, P. T., & Rodrigues, L. L. (2007). Accounting for financial instruments: An analysis of the determinants of disclosure in the Portuguese stock exchange *The International Journal of Accounting*, 42(1), 25-56.



wondershare™

PDF Editor

Marques, L., 2000. Modelos Dinâmicos com Dados em Painel: Revisão da Literatura. Documento de trabalho, Centro de Estudos Macroeconómicos e Previsão, Faculdade de Economia do Porto, Porto.

Maroco, J., 2003. *Análise Estatística - Com Utilização do SPSS*. Lisboa: Edições Sílabo.

Miller, J. & H. Whiting, R. (2005), "Voluntary Disclosure of Intellectual Capital and the «Hidden Value»", Comunicação apresentada na 2005 Accounting and Finance Association of Australia and New Zealand Conference, Melbourne, 3-5 July 2005.

Morais, A. I., Fialho, A. (2008). Do Harmonised Accounting Standards Lead to Harmonised Accounting Practices? An empirical study of IAS 39 Measurement Requirements in Some European Union Countries. *Australian Accounting Review*, 224.

Nelson, K. K., 1996: "Fair Value Accounting for Commercial Banks: Na Empirical Analysis of SFAS No. 107", *The Accounting Review* 71 (April), 161-182.

Oliveira, J., Rodrigues, L. L., & Craig, R. (2011). Risk-related disclosures by non-finance companies: Portuguese practices and disclosure characteristics. *Managerial Auditing Journal*, 26(9), 817-839. doi: DOI 10.1108/02686901111171466

Oliveira, L., Rodrigues, L. L., & Craig, R. (2006). Firm-specific determinants of intangibles reporting: evidence from the Portuguese stock market. *Journal of Human Resource Costing & Accounting*, 10(1), 11-33. doi: 10.1108/14013380610672657

Ousama, A. A., Fatima, A.-H., & Hafiz-Majdi, A. R. (2012). Determinants of intellectual capital reporting Evidence from annual reports of Malaysian listed companies. *Journal of Accounting in Emerging Economies*, 2(2), 119-139.

Petroni, K.; J. M., Wahlen, 1995: "Fair Value of Equity and Debt Securities and Share Prices of Property-liability Insurance Companies", *Journal of Risk and Insurance*, 62 (December), 719- 737.

Pires, A. M.; F. P., Rodrigues, 2002: Um Novo Paradigma Valorimétrico: O Declínio do Custo Histórico, *Revisores & Empresas – Revista da Câmara dos Revisores Oficiais de Contas* 17, Abril/Junho, 43-52.

Prinsloo, A., 2001: "Accounting" Accountancy, Johannesburg, April, 29-30.

Rodrigues, L. L. (2013). TOC no Estado credibilizariam contas públicas. *TOC*, 157, 13-13.



wondershareTM

PDF Editor

Ross, S. (1977). The determination of financial structure: the incentive-signalling approach. *The Bell Journal of Economics*, 8(1), 23-40.

Samaha, K., & Stapleton, P. (2008). Compliance with international accounting standards in a national context: Some empirical evidence from the Cairo and Alexandria stock exchanges. *Afro-Asian Journal Finance and Accounting*, 1(1), 40-66.

Schiller, R.J., 2004: "Quão Corruptos são os Mercados de Capitais dos EUA?", *Diário Económico* nº 3290, Lisboa, 8 de Janeiro.

Sengupta, P. (1998), "Corporate Disclosure Quality and the Cost of Debt", *Accounting Review*, Vol. 73, pp. 459-474.

Silva, M. d. L. R. d., Rodrigues, A. M. G., & Muñoz Dueñas, M. d. P. (2012). Disclosure of Intangible Assets: an Empirical Study of Financial Corporations in the Iberian Peninsula. (Facoltà di Economia dell'Università di Salerno).

Silva, Marisa D. C. (2013) *A problemática dos impostos diferidos: Grau de Harmonização, Nível de Divulgação e seus determinantes*. Tese de mestrado em Contabilidade e Finanças. Escola superior de Gestão e Tecnologia do Instituto Politécnico de Santarém. <http://repositorio.ipsantarem.pt/handle/10400.15/876>

Spence, M. (1973). Job market signaling. *Quarterly Journal of Economics*, 87(3), 355–374.

Stanton, P., & Stanton, J. (2002). Corporate annual reports: research perspectives used. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, 15.

Tsalavoutas, I. (2011). Transition to IFRS and compliance with mandatory disclosure requirements: What is the signal? *Advances in Accounting, Incorporating Advances in International Accounting*, 27(2), 390-405.

Vergauwen, P. G. M.C., Frits J. C. van Alem (2005). Annual report IC disclosures in The Netherlands, France and Germany, *Journal of Intellectual Capital*, 6 (1), 89-104.

Verrecchia, R. E. (1983). Discretionary disclosure. *Journal of Accounting and Economics*, 5(C), 179-184. doi: 10.1016/0165-4101(90)90021-U



wondershare™

PDF Editor

Wahlen, J. M.; J. R. Boatsman; R. H. Herz; G. J. Jonas; K. G. Papelu, 2000: "American Accounting Association's Financial Accounting Standards Committee: Response to the FASB Preliminary Views: Reporting Financial Instruments and Certain Related Assets and Liabilities at Fair Value", *Accounting Horizons* 14 (December), 501-508.

Wallace, R. S. O., & Naser, K. (1995). Firm-Specific Determinants of the Comprehensiveness of Mandatory Disclosure in the Corporate Annual Reports of Firms Listed on the Stock Exchange of Hong Kong. [Article]. *Journal of Accounting & Public Policy*, 14(4), 311-368.

Wallace, R. S. O., Naser, K., & Mora, A. (1994). The Relationship Between the Comprehensiveness of Corporate Annual Reports and Firm Characteristics in Spain. [Article]. *Accounting & Business Research (Wolters Kluwer UK)*, 25(97), 41-53.

Watson, A., Shrivies, P. e Marston, C. (2002), "Voluntary Disclosure of Accounting Rations in UK", *British Accounting Review*, 34, pp. 289-313.

Watts, R.L., Zimmerman, J.L. (1978). "Towards a positive theory of the determination of accounting standards", *The Accounting Review*, Vol. 53, N.º 1 (January), pp. 112-134.

Watts, R. L., & Zimmerman, J. L. (1990). Positive Accounting Theory: A ten year perspective. *The Accounting Review*, 65(1), 131-156.

Williams, S. M. (2001). Is intellectual capital performance and disclosure practices related? *Journal of Intellectual Capital*, 2(3), 192-203. doi: 10.1108/14691930110399932.

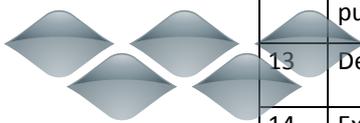


PDF Editor

8 Anexos

8.1 Lista dos Requisitos de Divulgação dos Ativos Biológicos

Item	Descrição	Sim	Não	NA
1	Descrição de cada grupo de ativos biológicos			
2	As medidas ou estimativas não financeiras usadas na quantificação física de cada um dos grupos de ativos biológicos no fim do período			
3	A descrição dos métodos e os pressupostos significativos aplicados na determinação do justo valor de cada um dos grupos do produto agrícola no ponto de colheita e de cada um dos grupos de ativos biológicos			
4	A existência e quantias escrituradas de ativos biológicos cuja posse seja restrita e as quantias escrituradas de ativos biológicos penhorados como garantia de passivos			
5	A quantia de compromissos relativos ao desenvolvimento ou à aquisição de ativos biológicos			
6	As estratégias de gestão de riscos financeiros relacionados com a atividade agrícola			
	PELO CUSTO - DEPRECIÇÕES ACUMULADAS (ADICIONALMENTE DIVULGA)			
7	Uma descrição dos ativos biológicos			
8	Uma explicação da razão por que não podem ser mensurados fielmente ao justo valor			
9	Se possível, o intervalo de estimativas dentro das quais seja altamente provável que caia o justo valor			
10	O método de depreciação usado			
11	As vidas úteis ou as taxas de depreciação usadas			
12	A quantia escriturada bruta e a depreciação acumulada no início e no final do período			
	Posteriormente se se tornar fiável a mensuração ao justo valor, requer-se a publicação			
13	Descrição dos ativos biológicos			
14	Explicação do razão pela qual o justo valor se tornou fielmente mensurável			
15	O efeito da alteração			



WondershareTM

PDF Editor

8.2 Lista de Empresas da Amostra

Empresas	Atividade
Portucel Soporcel, S.A.	Fabricação de papel
Celbi – Celulose Beira Industrial, S.A.	Produção de pasta de papel
Fundação Eugénio de Almeida	Atividade de apoio Social
Inova – Empresa de desenvolvimento económico e social de Cantanhede, S.A.	Tratamento de águas e resíduos
Companhia das Lezírias S.A.	Agricultura e produção animal
Semapa SGPS, S.A.	Gestão de participações sociais
Lazer e Floresta, S.A.	Desenvolvimento agro-florestal, imobiliário, turístico e cinegético.
FHC – Farmacêutica, S.A.	Produção e distribuição de produtos farmacêuticos.
Sogrape Vinhos, S.A.	Produção de Vinhos



PDF Editor



PDF Editor